



MUNICÍPIO DE MONTEMOR-O-VELHO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA Nº 06/16

Data da Sessão: 16 de setembro de 2016

Início da Sessão: 14.30 horas

Fim da Sessão: 18.20 horas

Composição da Mesa:

Presidente: Fernando Jorge dos Ramos -----

1º Secretário: Joaquim António Graça Rainho -----

2º Secretário: Olga Susana Miranda da Silva -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, setembro, 16

----- Aos 16 dias do mês de setembro do ano de 2016, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu em Sessão Ordinária a Assembleia Municipal de Montemor-o-Velho, com a seguinte ordem de trabalhos:---

1. Período de Antes da Ordem do Dia. -----
2. Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara, nos termos da alínea c), nº 2, do artº 25º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, retificada pelas Declarações de Retificação n.º 46-C/2013, de 01 de novembro e n.º 50-A/2013, de 11 de novembro. -----
3. Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal da Informação semestral do Auditor Externo sobre a situação económica e financeira do Município. -----
4. Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal do Relatório Semestral sobre a Execução do Plano de Saneamento Financeiro - 2016. -----
5. Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal da Aprovação da Ata n.º 85 da Comissão Municipal de Toponímia. -----
6. Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal, da alteração do topónimo de “Rotunda do Rosmaninhal” para “Rotunda Alves Barbosa”. -----
7. Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal da autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal para compromissos plurianuais - listagem de compromissos plurianuais assumidos. -----
8. Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal da autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal para efeitos do disposto no n.º 2 do art.º 16 da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro – Listagem de isenções e/ou reduções de taxas. -----
9. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a 3ª Revisão Orçamental – 2016. -----
10. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a autorização prévia à assunção de compromisso plurianual respeitante à aquisição de serviços para elaboração do projeto - Parque Urbano Ribeirinho (Plano de Ação para a Regeneração Urbana – PARU 1) – Fase I e II. -----
11. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a autorização prévia à assunção de compromisso plurianual respeitante à aquisição de serviços para elaboração do projeto - Rede Polinucleada de Dinamização e Ativação do Centro Histórico (Plano de Ação para a Regeneração Urbana – PARU 5). -----
12. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a autorização prévia à assunção de compromisso plurianual - Reabilitação Urbana em ARU - Construção (Capela de Santo António). -----
13. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a autorização de abertura de Procedimento Concursal para Constituição de Relação Jurídica de Emprego Público a Termo Resolutivo Incerto, para o Posto de Trabalho de Assistente Operacional – cinco lugares de Assistente Operacional (Sapador Florestal). -----
14. Transportes Escolares – Ano letivo 2016/2017: -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, setembro, 16

----- a. Revogação da deliberação tomada na sessão da Assembleia Municipal de 30 de junho de 2016;
 ----- b. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a assunção do compromisso plurianual -
 Transportes Escolares – ano letivo 2016/2017.-----

15. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Minuta de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências na CIM-RC - Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros.-----

16. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Emissão de parecer ao abrigo do n.º 3 do artigo 51.º da Lei n.º 111/2015, de 27 de agosto – António da Silva Cascão – Artigo matricial rústico 4276.-----

17. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Emissão de Parecer ao abrigo do n.º 3 do artigo 51.º da Lei n.º 111/2015 de 27 de agosto – Nuno António Cavaleiro Melo – Artigo matricial rústico 1653.-----

18. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Emissão de Parecer ao abrigo do n.º 3 do artigo 51.º da Lei n.º 111/2015 de 27 de agosto – Nuno António Cavaleiro Melo – Artigo matricial rústico 1076.-----

19. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Emissão de parecer nos termos do n.º 3 do artigo 51.º da Lei n.º 111/2015, de 27 de agosto – Vítor Manuel Carvalho Martinho.-----

20. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Emissão de parecer nos termos do n.º 3 do artigo 51.º da Lei n.º 111/2015, de 27 de agosto – Sérgio Carapeto Unipessoal, Lda.-----

21. Aprovar a Proposta de Adesão da Assembleia Municipal de Montemor-o-Velho à Associação Nacional das Assembleias Municipais.-----

----- Procedeu-se à verificação da existência de quórum, registando-se as seguintes presenças:-----

Mesa: Fernando Jorge dos Ramos, Joaquim António Graça Rainho e Olga Susana Miranda da Silva.-----

Membros: Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo, Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge, Ana Cristina da Silva Jorge, Ricardo Manuel Pato de Sousa Brites, Camilo Jorge Gomes Coutinho Lourenço, Francisco Barbosa Leal de Sousa Mano, Adelaide Maria Simões Medina, Edmea Tereza Reis Silva, Fernando Pereira Nunes Curto, Fernando Manuel Dias Monteiro, Carolina Ferreira Aires, Jorge André da Silva Santana, José de Oliveira de Sousa, Maria João Batista Sobreiro, Maria da Graça Valente dos Reis em substituição de Carlos Lucas Correia, Luís Filipe Azenha Madaleno em substituição de Luís Pedro Simões Ribeiro, Joaquim António Graça Rainho em substituição de Nuno Miguel Figueiredo Cardoso, Liliana Isabel Batista Duarte em substituição de Sara Cristina Cruz Gomes.-----

Presidentes de Junta: Arazede, Carapinheira, Ereira, Liceia, Meãs, Pereira, Santo Varão, Tentúgal, União das Freguesias de Abrunheira, Verride e Vila Nova da Barca, União das Freguesias de Montemor-o-Velho e Gatões e Secretária da JF Seixo.-----

Executivo: Emílio Augusto Ferreira Torrão, Abel da Silva de Oliveira Girão, José Jacírio Teixeira Veríssimo, Alexandra Margarida Góis Ferreira, Paula Elisabete Pires Costa Rama, Aurélio Manuel Mendes Soveral da

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, setembro, 16

Rocha e Jorge Luís Forte Camarneiro. -----

----- Ausências justificadas e com substituições, anteriormente referidas – Carlos Lucas Correia, Luís Pedro Simões Ribeiro, Nuno Miguel Figueiredo Cardoso, Sara Cristina Cruz Gomes e PJF Seixo. -----

----- Ausências justificadas e sem substituições: Francisco Faria Paiva Batista. -----

----- Seguidamente passou-se à ordem de trabalhos.-----

----- **Ponto 1. Período de Antes da Ordem do Dia** – O PMAM, Fernando Jorge dos Ramos, deu início à reunião quando eram 14h45m. Saudou os presentes e disse: “Como já todos devem ter reparado, tomei a liberdade de convidar o Senhor deputado Municipal Joaquim Rainho, uma vez que o Eng.º Lucas hoje pediu escusa de participar na reunião, daí que me permiti convocá-lo para a mesa. -----

----- A primeira questão, trata-se da aprovação da ordem de trabalhos proposta. Julgo que não há nada a acrescentar e, nessa perspetiva eu coloco à votação a nossa proposta de ordem de trabalhos.”-----

----- A Ordem de Trabalhos foi aprovada por unanimidade. -----

----- “Relativamente à ata da sessão extraordinária da Assembleia Municipal de 23 de junho de 2016, dos membros que estiveram presentes na reunião, alguém tem alguma coisa a acrescentar?”-----

----- Pediu a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “Para Vossa Excelência, Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, Senhores Vereadores, meus colegas, minhas senhoras e meus senhores, para V. Ex.^{as}, os meus respeitosos cumprimentos. -----

----- Da análise que o Movimento Independente de Cidadania por Amor a esta Terra, que se candidatou tão-só para dar dignidade e esperança às pessoas deste Concelho, tem a dizer o seguinte: -----

----- Nós pensamos que estas atas devem ser elaboradas tal e qual como os deputados municipais se expressam aqui. Porque confrontando com uma, quer com outra, encontrei divergências na forma dita e expressiva que se passou aqui, de modo que, chamo a atenção a V. Ex.^a, Senhor Presidente da Assembleia Municipal que, futuramente a tradução ou transcrição das mesmas atas, esteja conforme, não só com erros ortográficos mas, tudo o que foi dito aqui, inclusivamente, como V. Ex.^a agora o faz, com dignidade. Nós aqui, então, verificamos os erros e emendamo-los porque, não pode continuar a existir a aprovação das atas, das transcrições, das correções, sem os presentes, depois de se expressarem, constatarem os erros quer ortográficos, quer de português. -----

----- É esse reparo que o Movimento Independente de Cidadania por Amor a esta Terra, deixa aqui, para que, futuramente, elas, tipifiquem tão-só a expressão daquilo que se passou aqui nesta Assembleia.” -----

----- Retomou a palavra o PMAM que disse: “Senhor deputado, em todas as Assembleias em que tenho oportunidade de presidir, relativamente às atas, eu sempre tenho dado a palavra a cada um, para que corrija e, noto que até já foram feitas algumas correções e, portanto, os Senhores deputados,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, setembro, 16

naturalmente, farão esse trabalho. Porque, se o Senhor deputado municipal Oliveira e Sousa, está a sugerir que seja transcrito *ipsis verbis* a gravação, nós não teremos atas tão rapidamente.-----

----- Nunca foi aqui colocado nesta Assembleia qualquer hipótese de correção que os Senhores deputados queiram fazer e, portanto, o que a mesa faz, é depois dos serviços fazerem a proposta e a interpretação que fazem, naturalmente daquilo que está escrito e, até, já tenho, eu próprio, tido algumas dúvidas sobre aquilo que a pessoa queria dizer.-----

----- Nunca foi impedido, nenhum deputado municipal que corrigisse o que entendesse. Nessa perspetiva, parece-me que os Senhores deputados municipais, ao lerem as atas, têm, como nesta altura, sugerido as correções que entenderem e, a Assembleia analisará se é essa correção ou não. Tão-só, tem sido assim. Sinceramente, do ponto de vista pessoal, a não ser que a Assembleia queira ter outro entendimento, parece-me a atitude correta, prática e, até pragmática mas, Senhor deputado tem a palavra.” -----

----- Usou da palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Vossa Ex.ª talvez não tivesse entendido a mensagem, porque dessa parte estou devidamente esclarecido. O que eu disse tão-só, foi que a transcrição fosse cabalmente, com lapsos de língua, com erros ortográficos, com a forma de estar, que fosse transcrita, porque essa parte que Vossa Ex.ª expressou, está conforme aquilo que V. Ex.ª disse e o regimento prevê mas, não está conforme o regimento prevê, a forma como nos expressamos aqui e a correção é depois e não é antes.” -----

----- Usou da palavra o PMAM que disse: “Sinceramente, não entendi mas, provavelmente, o defeito deve estar na minha parte. Volto a dizer que estamos perante a aprovação da ata n.º 04 de 2016 e volto a questionar a Assembleia se tem alguma questão a corrigir à ata, tal como referi inicialmente. Não havendo, eu coloco a mesma à votação. -----

----- A ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal de 23 de junho de 2016 foi aprovada por unanimidade de acordo com o estipulado no n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo que refere: “Não participam na aprovação da ata os membros que não tenham estado presentes na reunião a que ela respeita”. -----

----- A ata da sessão extraordinária da Assembleia Municipal de 30 de junho de 2016, foi aprovada por unanimidade de acordo com o estipulado no n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo que refere: “Não participam na aprovação da ata os membros que não tenham estado presentes na reunião a que ela respeita”.-----

----- “Também tomaram conhecimento da correspondência expedida e recebida até ao dia da convocatória, há ainda a questão das substituições e, chegou-me hoje via e-mail, um e-mail do grupo Parlamentar do PCP a anunciar que interpôs na Assembleia da República uma proposta de reorganização

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2016, setembro, 16***

do território que está em análise, que já solicitei que fosse remetido aos líderes de bancada.-----

Se quiserem ter acesso a algum documento que conste da lista, o secretariado disponibilizará quando pretenderem.-----

Irei interromper os trabalhos, durante 5 minutos para que possam apresentar moções, requerimentos, intervenções ou outros a esta mesa da Assembleia.-----

----- Foram entregues cinco moções, três intervenções e um requerimento escritas. Peço ao Senhor deputado Oliveira e Sousa que leia os documentos que apresentou à mesa.-----

----- Usou da palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “Minhas senhoras e meus senhores...”

----- Usou da palavra o PMAM que disse: “O senhor deputado Oliveira e Sousa, merece, como todos nós, o respeito por aquilo que diz, independentemente daquilo que diz. Nessa perspetiva, não me atrevendo a repreender ninguém, gostaria, naturalmente que os senhores Vereadores do PSD e a Senhora deputada Maria João Sobreiro, que provavelmente, nem me estão a ouvir a mim, tivessem outro tipo de atitude, perante a intervenção do Senhor deputado Oliveira e Sousa.”-----

----- Retomou a palavra o membro Oliveira que disse: “Eu hoje, aproveito a oportunidade e não podia perder o ensejo para, publicamente, agradecer ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, o convite formulado e materializado ao nosso Presidente da Comissão Política do Movimento Independente de Cidadania, Professor Armando Maia e, aos meus convidados.-----

----- Tal ato reflete o ato de humildade, dignidade, civilidade e de espírito nobre que o Senhor Presidente da Câmara teve em nos convidar para almoçar com a sua comitiva. Para ele o meu muito obrigado.-----

----- É um homem que não põe à frente a política mas sim, a parte pessoal. Sabe distinguir quer uma, quer outra. É essa a admiração que tenho por esse homem, que é o nosso Presidente da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho. Mas não há bela sem senão...”-----

----- Usou da palavra o PMAM que disse: “Senhor deputado Oliveira e Sousa, sabe que eu nunca coarto a liberdade de expressão de cada um. Admito que tivesse a sua intervenção preparada para dizer essa questão mas, o que eu tinha solicitado é que desse lugar primeiro às intervenções que me foram entregues.

----- Solicito que termine rapidamente a sua ideia e passe às intervenções.”-----

----- Retomou a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “Eu podia, eventualmente, falar pessoalmente com o Senhor Presidente e, ultrapassar esta questão mas, da mesma forma que nós pretendemos publicitar a grande dignidade e civilidade do Senhor Presidente, também decidimos trazer à coação a forma como este conflito surgiu.-----

----- Depois do almoço, dirigimo-nos ao bar para tomar café. Estava um Senhor a tirar os cafés para nos servir, quando chegou uma mulher alucinada, a correr e, nos retirou os cafés para servir à comitiva do

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, setembro, 16

Senhor Presidente. Tínhamos um convidado de honra, que era o Senhor Secretário de Estado das Autarquias Locais, se me pedissem a mim, eu até dizia, sim senhor, primeiro receber bem os nossos convidados que não é todos os dias que temos aqui um Secretário de Estado mas, não foi dito nada disso. Ficámos estupefactos com tamanha atitude mas, o Senhor Presidente da Câmara, de uma forma condescendente, astuto e, com espírito nobre, foi ele que foi buscar os cafés e serviu ao Presidente da minha comissão política, Professor Armando Maia e, aos meus convidados. Para ele, o meu muito obrigado e o muito reconhecimento da sua atitude nobre e, um homem com personalidade como ele é, realmente, teve um porte que todos os cidadãos deste Concelho, devem-se orgulhar de o ter. -----

----- Por outro lado, também não podia deixar de referir, como hoje existem cursos de formação, eu sugeria ao Senhor Presidente, para aquela mulher, que faz parte do seu Staff, frequentasse um curso de formação de civildade, porque o próximo inquilino do gabinete que atualmente o Senhor Presidente ocupa, talvez não seja aberto a falta de civildade e, assim, com certeza que essa mulher, para não ter problemas na sua carreira profissional, porque é bafejada pela sorte, talvez não tenha tanta sorte, se não frequentar este curso de civildade. -----

Passo então a ler os meus requerimentos e as minhas intervenções, como está regimentalmente previsto.”

----- Requerimento apresentado pelo membro Oliveira e Sousa (MPT) – Quinta de S. Luíz – conforme documento anexo à presente ata, sob o número 01, e que foi remetido à Câmara Municipal para correspondente informação. -----

----- Intervenção apresentada pelo membro Oliveira e Sousa (MPT) – Festas concelhias, que a seguir se transcreve: -----

----- *“Excelentíssimos senhores, o movimento independente de cidadania Por Amor a Esta Terra, que se candidatou tão somente para dar dignidade e esperança às pessoas deste Concelho, findos os festejos concelhios tão sublimemente enaltecidos por alguns, vem por este meio apresentar um conjunto de considerandos que colocamos a Vossa superior consideração: -----*

----- *1.º Num evento desta envergadura foi notória a falta de segurança no interior e exterior do recinto, não sendo por isso de estranhar os acontecimentos ocorridos no primeiro dia de festa, junto da área dos bares. Tal questão já é recorrente, pelo que já era tempo para que o mesmo tivesse sido já corrigido; -----*

----- *2.º Num evento participado por um número elevado de pessoas foi sensível a falta de um posto de cuidados de saúde, isto apesar de no concelho existir unidades de bombeiros e cruz vermelha e mesmo uma Unidade de Cuidados de Saúde. Faz-nos parecer que nesta matéria existir um verdadeiro divórcio entre o poder local e as corporações que prestam estes serviços. -----*

----- *3.º Num evento que pretende ser marcadamente abrangente é gritante a falta de acessibilidades e estacionamento para pessoas com deficiência motora. Deste modo, em futuros eventos deverá ter-se em -----*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, setembro, 16

conta esta situação.-----

----- 4.º Como sabemos o aniversário de cada um é um dia de festa onde se convidam os amigos familiares e, quiçá os vizinhos mais próximos; ora o nosso concelho também faz anos, tem uma data estipulada para o seu aniversário, sendo um dia de festa e, por isso feriado municipal onde fecham as empresas e os munícipes têm um dia para festejar. Quem o representa é o senhor Presidente da Câmara, tendo para o efeito a obrigação e o dever de efetuar os convites às associações, e a todas as entidades sedeadas no nosso concelho, como por exemplo a GNR, os bombeiros, as escolas, etc. -----

----- Ora o que se constatou é que ninguém estava presente. Foram convidados?-----

----- Por outro lado sendo um dia de festa para o nosso concelho, e havendo nele 4 belíssimas filarmónicas, achamos estranho que nenhuma tenha comparecido ao hastear da bandeira, tendo tal ato sido presenciado por meia dúzia de pessoas que ficaram a olhar para o pau da bandeira. -----

----- Minhas senhoras e meus senhores, todos sabem como é grande e belo o staff do senhor presidente. Será que esse staff funciona com esta competência, ou será que terá outras ocupações?-----

----- Intervenção apresentada pelo membro Oliveira e Sousa (MPT) – Entrevista do senhor Presidente da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho ao Diário As Beiras “Em Montemor-o-Velho, a «Geringonça» não funcionou: o vereador da CDU, “nem aplaudia o presidente...”, que a seguir se transcreve: -----

----- “O membro da Assembleia Municipal, representante do Movimento Independente de Cidadania Por Amor a Esta Terra, que se candidatou tão somente para dar dignidade e esperança às pessoas deste concelho, vem por este meio apresentar a esta Assembleia a sua maior surpresa e consternação pela notícia publicada no jornal Diário as Beiras, na qual o senhor Presidente da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho teceu um conjunto de considerandos que nada têm a ver com o verdadeiro exercício autárquico e com as responsabilidades que lhe foram confiadas por uma parte da população de Montemor-o-Velho.-----

----- O reparo que nos merece esta peça jornalística prende-se tão só com a gravidade de algumas informações prestadas, as quais, nunca desmentidas, pouco abonam em favor do direito democrático. Assim preocupa-nos e passamos a citar:-----

----- 1.º - “A geringonça não funcionou em Montemor-o-Velho porque tem a ver com as pessoas”. Como este termo pessoas é usado no plural, o movimento independente de cidadania Por Amor a Esta Terra, gostaria de saber quem são e o que de mal fizeram para tornar o exercício do poder tão difícil.-----

----- 2.º - “Fui eleito para ser presidente da Câmara e não um prestador de contas ao vereador que não ganhou eleições”. É preciso recordar ao senhor Presidente da Câmara Municipal que deste modo está a infringir as suas competências nesta matéria, não só para com o Vereador em causa, mas para com todos os eleitos locais uma vez que tem de prestar contas da gestão dos dinheiros públicos. -----

----- 3.º - “O vereador da CDU nem aplaudia o presidente...”. Nesta declaração não podemos acreditar

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, setembro, 16

que o valor do exercício autárquico se mede pelo número de palmas batidas ou pela intensidade do som que as mesmas produzem. É preciso também recordar que o direito de aclamar é unipessoal e livre pelo que parece absurdo, para não dizer anedótico tal exigência. -----

----- 4.º - “toda a abertura e transparência com Camarneiro mas este continuava a fazer a sua política Assim sendo aduziu; está tudo inquinado”. -----

----- Ainda neste ponto é dito pelo que não é esta a leitura que faz o dito vereador Camarneiro quando afirma que a maioria relativa não cumpriu o acordo ao não falarem com ele antes de apresentar os documentos e medidas consideradas importantes. -----

----- Ao movimento independente de cidadania Por Amor a Esta Terra apraz dizer que os cidadãos votantes quer no PS, quer na CDU tem razões de sobra para se sentirem culpados por toda esta triste realidade que nos envergonha na praça pública. -----

----- Deste modo oferece-nos dizer que esta é uma triste entrevista de alguém que quer impor uma imagem unipessoal de domínio, que não encontra legitimação legal nas leis estruturantes das autarquias locais, mas que é alimentada pela passividade e subserviência dos restantes vereadores da maioria socialista, não revelando uma sã convivência com as críticas que lhe são feitas nem com as sugestões que vão sendo apresentadas no sentido do desenvolvimento do nosso concelho. -----

----- Por outro lado o mascarar a realidade através de propaganda interna do Gabinete de Comunicação, que mais parece o órgão central de beatificação do presidente e da propaganda insistentemente negociada com os órgãos de comunicação locais e regionais, que já nem consideram necessário comparecer à maior parte dos eventos que noticiam, tão completa lhes é fornecida a informação, textos e fotos incluídas demonstra tão só “a grande preocupação da “maioria” (contratada) socialista que é a vitória nas próximas eleições. -----

----- Por outro lado é preciso recordar que a actual maioria anda sempre em festa, faz das romarias o seu principal programa de ação; confunde o exercício do mandato com uma campanha eleitoral permanente; aproveita a posição institucional e os meios públicos para lançar desafios aos opositores e fazer favores aos apoiantes, o que em três anos de mandato parece já ter chegado ao estado de abuso que outros atingiram “apenas” ao fim de três mandatos... -----

----- Por ultimo, é preciso lembrar que também nesta amargurada peça jornalística, o presidente de Câmara não perde a oportunidade para ser arrogante e tentar diminuir não só os que se lhe opõem, mas também aqueles que se lhe podem opor. Claro está que perdido que anda no labirinto orgânico e programático que tem escavado, não percebe o desnorte a que chegou, e o facto de em política, nem sempre as bolas de cristal funcionam.” -----

----- Intervenção apresentada pelo membro Oliveira e Sousa (MPT) – Porque eu quero, que a seguir se

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, setembro, 16

transcreve: -----

----- *“Excelentíssimos senhores, o representante do movimento independente de cidadania Por Amor a Esta Terra, que se candidatou tão somente para dar dignidade e esperança às pessoas deste concelho, quer aqui recordar uma informação escrita por um munícipe acerca das festas concelhias 2016, a qual merece toda atenção necessária:* -----

----- *“PREPOTÊNCIA E ARRONGÁCIA -----*

----- *Feira Ano Montemor-o-Velho 2016-----*

----- *Num dia de semana às 2h40m minutos da manhã, depois dos bares terem sido forçados a fechar, eis que se encontra uma "destacada" quadro do staff camarário a beber a sua bebida, num bar aberto com o seu consentimento; Surge a pergunta: "Qual o critério para este bar estar aberto e os restantes terem encerrado as 2h? "*-----

----- *Resposta sábia: "Porque eu quero. (PREPOTÊNCIA)... Reclamem por escrito."-----*

----- *O membro Oliveira e Sousa deu a informação que, quem escreveu este texto nas páginas do facebook, foi um senhor chamado Francisco Batista, tem um restaurante denominado Aeminium e tinha um bar nas festas. -----*

----- *“Assim será, o Movimento Independente de Cidadania Por Amor a Esta Terra, dando voz a este cidadão vem por este meio lamentar o sucedido e requerer ao senhor presidente da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho que apure a referida interveniente no processo, instaurando as medidas disciplinares correspondentes a tal ato de prepotência e arrogância.-----*

----- *O concelho de Montemor-o-Velho e os seus representantes autárquicos não podem pactuar com semelhante comportamento que se revela indigno independentemente do cargo que ocupa. -----*

----- *Este é um concelho de bem, de pessoas de bem, que independentemente dos seus credos e/ou tendências sociais, merecem ser tratadas com o devido respeito e no quadro legal das igualdades de oportunidades e direitos. -----*

----- *Este é um acontecimento que mancha a credibilidade da Câmara Municipal e do seu presidente, merecendo por isso uma medida à altura. -----*

----- *Se nada for feito nesse sentido, ficará patente não só a prepotência e a arrogância da dita quadro staff da Câmara mas também o seu poder para controlar quem verdadeiramente devia mandar.”-----*

----- *Moção apresentada pelo membro Olga Silva (PS) – Congratulações de Aniversário conforme documento anexo à presente ata, sob o número 02, e que foi aprovada por unanimidade. -----*

----- *Moção apresentada pelo membro Ana Cristina Jorge (Coligação Mais por Montemor) – Votos de Parabéns, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 03, e que foi aprovada por unanimidade. -----*

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, setembro, 16

----- Moção apresentada pelo membro Maria João Sobreiro (Coligação Mais por Montemor) – Congratulações pela Comemoração do Centenário da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Baixo Mondego, C.R.L., conforme documento anexo à presente ata, sob o número 04, e que foi aprovada por unanimidade. -

----- Moção apresentada pelo PJP da UF de Montemor-o-Velho e Gatões, António Pardal – Parabéns ao Atlético Clube Montemorense pelo seu aniversário, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 05, e que foi aprovada por unanimidade.-----

----- Moção apresentada pelo PJP da UF de Montemor-o-Velho e Gatões, António Pardal – Parabéns à Associação Filarmónica 25 de Setembro pelo seu aniversário, conforme documento anexo à presente ata, sob o número 06, e que foi aprovada por unanimidade.-----

----- Pediu a palavra o membro Ricardo Brites (CDU) que disse: “Começo a minha intervenção por uma recomendação que a CDU trouxe há alguns meses atrás relativamente ao estatuto dos Bombeiros Voluntários de Montemor-o-Velho e, aquilo que nós pretendíamos que fosse aprovado por este executivo no sentido de conceder aos Bombeiros em regime de voluntariado, uma série de benefícios a estes cidadãos. Na altura, o senhor Presidente disse que estava a ser preparado mas, até à data, não foi apresentado nada por este Executivo no sentido de contribuir para que estes municípios que contribuem em regime de voluntariado para esta Associação e para o Município, tenham de facto vantagens promovidas e cedidas pelo Município.-----

----- Essas iniciativas estão a acontecer por todo o país, por vários municípios, recentemente o Município de Avis aprovou e está a elaborar todo o processo que é necessário para a atribuição de vários incentivos e benefícios aos seus bombeiros voluntários, nomeadamente pagamento das taxas e das licenças de construção, beneficiação e ampliação de casa para habitação própria, aplicação de tarifa social de consumo de água, saneamento e recolha de resíduos sólidos em habitação permanente, obviamente, acessos gratuitos às piscinas municipais, ao pavilhão gimnodesportivo, eventos culturais promovidos pela Autarquia. Num período em que recordamos uma vez mais, a vaga de incêndios pela qual o nosso país foi afeto e afetado, é importante de uma vez por todas conceder a estes homens e mulheres, de facto, vantagens pelo serviço e, pelo trabalho voluntário que prestam ao país.-----

----- Ainda no seguimento da temática dos Bombeiros Voluntários neste caso e, dos fogos, questionar o Executivo sobre se tem sido feito algum trabalho de inventariação ou, neste caso de cadastro e de registo de proprietários que não limpam os seus terrenos e, se não cumprem com os requisitos legais, relativamente aos perímetros de segurança nas casas de habitação e, também, das próprias casas e caminhos municipais. Quem visitar e, quem percorrer o nosso Concelho, percebe perfeitamente que o nosso Concelho, não foi só afligido ou devastado, por uma questão de “sorte”. Temos tido muita sorte porque, de facto, quem percorrer e, os serviços municipais percorrem por estradas e caminhos, matas e

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, setembro, 16

florestas e, percebem que, de facto, há muita coisa por fazer. Aqui de facto, temos sido bastante bafejados pela sorte. -----

----- Quería ainda deixar aqui uma pergunta ao Senhor Presidente relativamente ao ponto de situação da fábrica de calçado Karapi. Em que ponto de situação as coisas se encontram? Fomos aqui informados que tudo estava bem encaminhado, havia contactos. Até à data não sabemos de nada. Falou-se aqui de hipotéticas compras de lotes no Parque de Negócios de Montemor; de uma instalação no Pavilhão Multiusos da Carapinheira. Queremos saber informações sobre esta situação. -----

----- Queremos também aqui deixar uma saudação ao Atlético Clube Montemorense pela 1.ª pedra da construção da nova sede da instituição do ACM. Numa altura em que grande parte das Associações passam por grandes dificuldades, é um grande desafio esta instituição e este clube, lançar este projeto já no próximo sábado (amanhã).-----

----- Também deixar uma saudação ao Presidente da Direção e a todos os elementos dos órgãos Sociais que, ao longo destes anos têm acompanhado a vida do clube. -----

----- Outra questão e outro reparo que queríamos deixar ao Senhor Presidente da Câmara, inserido nas Festas da Vila, não podíamos deixar aqui de salientar a utilização da pista de atletismo durante as festividades do Concelho. Por muito que nos digam que aquele material é resistente, que está preparado para todas as intempéries e, para todos os usos e abusos, pensamos que fica muito mal, o exemplo que o Município deu, da maneira como não se deve utilizar aquele espaço. -----

----- Se a Autarquia o fez, sem qualquer benevolência, com que justiça irá impedir que qualquer município faça o uso que bem entender daquele espaço? É um espaço aberto que facilmente é utilizado por qualquer pessoa que por ali passe, qualquer dia teremos daquela pista parque de estacionamento e, toda a gente a utilizar como bem entender aquele espaço. O exemplo tem que vir de cima e as regras são para cumprir. -----

----- Queríamos também ainda deixar uma nota de insatisfação e, até porque, infelizmente durante as festividades dos anos anteriores, a questão da segurança ou da insegurança, se manteve. Já houve factos e acontecimentos o ano passado e, pensamos que não foram tomadas todas as medidas, obviamente que é fácil falar depois das coisas acontecerem mas, já o ano passado houve incidentes graves e, também já o ano passado não estiveram presentes as forças de segurança durante os descatos. Pensamos que e, para que isto não volte a acontecer, é importante que o Município, a organização, a entidade promotora das festas, acautele a segurança devida durante o período festivo da própria festa.-----

----- Relativamente também aos acontecimentos (eu não sei o que deva chamar) mas, de facto há pessoas que, de facto, quando lhe são atribuídos pequenos poderes instituídos, quando levam os cargos públicos ou políticos e os tomam como seus, de facto há atitudes e posições que devem ser corrigidas e,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, setembro, 16

neste caso censuradas e, da nossa parte, não podemos aceitar que a Adjunta do Gabinete do senhor Presidente tenha tido o comportamento que teve. -----

----- Devido ao elevado peso de impostos que os nossos munícipes estão a contribuir, quer para o Estado, quer para as Autarquias e, neste caso o Município de Montemor-o-Velho e, pegando em dados recentes que foram publicados, o Município de Montemor-o-Velho, em termos de receitas de impostos municipais per capita e, neste caso do IMI, apresenta neste momento, referentes ao ano 2015, um valor de 107,04€/per capita, quando em 2009, apresentava um valor de 41.01€ e em 2010 de 52,08€/per capita. ----

----- Obviamente que há aqui causas para este aumento, quer do Governo Central do PSD, quer do PS mas, aqui e, para o nosso munícipe, o que nos interessa é que, devido ao aumento da receita do Município, teremos nós que ter capacidade para, quando se prevê que, de facto as receitas, neste caso mais que duplicaram, o Município possa beneficiar os seus munícipes com o abaixamento da taxa de IMI. -----

----- Por isso deixamos aqui mais uma vez o desafio a este Executivo que, no próximo ano e, aqui salientar a proposta que o PCP fez na Assembleia da República e, sendo aprovada, baixar a taxa máxima de IMI dos 0,5 para 0,45, que o Município de Montemor-o-Velho e, de acordo com aquilo que foi discutido na última Assembleia Municipal possa voltar a ter a taxa de IMI nos 0,4. Porque, de facto, com a sobrecarga de impostos que os munícipes têm neste Concelho, nós salientamos que, de facto, aquilo que recebem em troca é muito pouco. De salientar que na Freguesia do Seixo, semanalmente, a água continua a faltar, hoje foi mais um dia em que, da parte da manhã voltou a faltar a água na Freguesia do Seixo e, de facto lamentamos que, devido e, invocando os aumentos brutais que se fizeram sentir, este Executivo continua a invocar os avultados investimentos que tem feito mas, nada disso se reflete na vida do dia a dia dos nossos munícipes. Por isso, deixo aqui um alerta, para de facto, com a carga de impostos que os nossos munícipes estão sujeitos, de facto deveriam ter outra resposta e outros serviços por parte da Autarquia. ----

----- Não podia também deixar de me referir à notícia que já foi aqui referida pelo deputado municipal Oliveira e Sousa, que fez a interpretação que entendeu que devia fazer que saiu o “Diário As Beiras” na última semana e, a nossa análise é muito simples. É que de facto esta coisa da política não tem mesmo nada a ver com pessoas, tem mesmo a ver é com políticas e, de facto como tem a ver com políticas, aqui as pessoas são pouco importantes ou seja, das pessoas enquanto agentes políticos. Aqui falo pelos eleitos da CDU, porque, de facto se é A, B, C, ou D, o projeto autárquico da CDU ir-se-á cumprir quer seja a pessoa A, B, C. Porque, de facto, aqui o que importo são políticas, as questões têm que ficar lá fora e ficam lá fora e não são para aqui chamadas. De facto, as questões políticas é que foram as questões essenciais na rutura que houve e, naquilo que o Senhor Presidente fala da Geringonça que não funcionou em Montemor-o-Velho. A geringonça não funcionou, não foi por causa das pessoas, foi por causa das políticas e, as políticas do aumento da água, as políticas do aumento do saneamento, as políticas de uma ausência estratégica de

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, setembro, 16

um programa que o Partido Socialista não apresentou quando se candidatou e não apresentou durante o seu Executivo e o seu mandato, digamos também, a destruição e o boicote que fez aos pelouros que estavam entregues à Vereação da CDU aliás, dá muito bem para observar o estado a que chegou a higiene e a limpeza na Vila de Montemor-o-Velho. Se funcionou tão bem nos primeiros meses e, no primeiro ano, porque é que entrou de facto, numa rutura com falta de funcionários, com falta de meios, com falta de máquinas e, de facto o Executivo acabou por entregar nestes últimos meses, nestas ultimas semanas os serviços a uma entidade privada.-----

----- De facto é aqui que está a rutura, é aqui que está a falta de políticas que levaram à rutura do acordo que havia entre a CDU e o Partido Socialista.” -----

----- Pede a palavra o membro Ana Cristina (Coligação Mais por Montemor) que disse: “De forma sumária, colocar aqui algumas questões ao Senhor Presidente da Câmara, uma delas nem é uma questão, é algo que tenho para lhe dizer relativamente ao estado de uma estrada, que não sendo principal, é uma estrada secundária que por acaso eu não uso, apesar de ser entre Gatões e Seixo, via Casal do Jagaz, está bastante degradada. Também, como o Senhor sabe, há lá uma unidade de alojamento local e, portanto fizeram-me chegar, de facto, a necessidade de melhorar aquela via, porque felizmente há muitos hóspedes que são estrangeiros, pessoas da Alemanha e outros países que visitam e estão naquela Unidade de Alojamento Local e, portanto, fazem comentários sobre o estado daquela via. -----

----- Outra questão que queria colocar e, deixar à consideração do Senhor Presidente para um estudo futuro, digamos assim, é a questão dos semáforos de Quinhendros. Quem vem de Gatões para Montemor-o-Velho, para um lado ou para o outro, aquele semáforo, de facto, está vermelho mais de 2 minutos, porque ele tem aquele temporizador, se se pode assim chamar, ou aquele cronómetro que vai fazendo a contagem decrescente, começa nos 99 segundos mas, o certo é que nós já lá estamos parados com o sinal vermelho. O que acontece a seguir é que quando ele abre, eu julgo que não estará aberto mais de 30 segundos. O que é que acontece? Basta estarem 5 ou 6 carros, já não conseguem entrar na estrada nacional e, portanto ficarão novamente mais de 2 minutos à espera. Para além de que, nesse semáforo, também se fazem perpendiculares, o que torna ainda mais difícil a entrada na estrada nacional. De manhã é normal estarem ali 10 a 12 carros, nunca conseguem passar todos e, portanto, pediria ao Senhor Presidente que fizessem um estudo de forma a que fosse mais célere para as pessoas que são do Concelho e, outras não como é evidente mas que, pudessem também chegar aos seus postos de trabalho e que não estivessem, por vezes ali quase 5 minutos parados naquele semáforo.-----

----- Relativamente à feira de ano, o deputado Ricardo Brites também já falou nisso, em relação à questão da pista, nós também já sabemos o que é que a Câmara Municipal nos irá dizer em relação a isso. No entanto, eu deixaria aqui também um alerta. Todos nós sabemos que quando é necessário lá em cima

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, setembro, 16

no Pavilhão, tapar aquele espaço, existem telas que o podem tapar e, portanto, essas telas naturalmente também, teriam o seu interesse ali na pista. Porque aqueles copos partidos com restos de bebida em cima da pista, as piriscas... nós já sabemos que o Senhor Presidente diz que a Pista tem todas as garantias mas, eu pessoalmente, acho que ela até ficaria muito melhor se ficasse tapada com essas telas, daria até outro aspeto mas, isso é a minha opinião. De qualquer das formas acho que nós devemos ter uma participação positiva e construtiva e, não podemos deixar de dar a nossa opinião, quando achamos que ela assim é. -----

----- Por outro lado, a questão do Stand Alves Barbosa que esteve sempre fechado. Não sei se o Senhor Presidente entenderá dar-nos algum esclarecimento relativamente a isto, uma vez que realmente houve essa questão da parte da Câmara Municipal, da mudança do nome da rotunda e, de facto terem esse stand, para assinalarem também esse grande homem deste Concelho e nomeadamente desta Freguesia. -----

----- Por outro lado, ainda em relação à Feira, eu gostaria de deixar uma questão ao Senhor Presidente: se considerou que a Segurança da Feira de Ano foi suficiente? Se foram tratadas pela Câmara Municipal, todas as démarches para haver a segurança necessária, para os dias da festa e, para os milhares de pessoas que se juntaram, como é óbvio neste dia. Deixar aqui também ao Senhor Presidente que nos esclarecesse relativamente a esta segurança que houve ou não, no espaço onde decorreu as festividades na feira de ano.” -----

Pedi a palavra o P.J.F. da UF de Montemor-o-Velho e Gatões, António Pardal que disse: “A minha intervenção é direcionada ao Senhor Presidente da Câmara para o informar de uma situação que vem ocorrendo há já algum tempo e ontem voltou a acontecer. À saída da Ponte da Alagoa, no sentido Ereira, Verride, Vila Nova da Barca e Abrunheira, por acaso, na vinda de lá para cá, ontem, mais uma vez, houve um despiste, para o lado esquerdo. O senhor magoou-se. De referir, aquele ponto negro, já lá houve alguns acidentes, houve até alguém, há já uns anos que ficou tetraplégico. Eu não sei se será da competência da Câmara, ou se a Câmara terá essa responsabilidade mas, se não for, apelo ao Senhor Presidente que interceda junto de quem de direito para que se coloque uns rails de proteção, evitando de alguma forma, aquilo que tem acontecido durante os últimos anos, não só agora e, o mais recente foi ontem, em que o Senhor ficou com o carro completamente danificado. O senhor Presidente já me acenou que não é da responsabilidade da Câmara mas, se todos nós conseguirmos fazer uma força para que alguém com essa responsabilidade consiga ali colocar esses rails, tanto melhor para todos nós. -----

----- Aproveitando os rails, tenho vindo a alertar que, quem vai para o Miradouro, na Torre, também há ali essa dificuldade e, aqui e ali, em algumas curvas, podíamos fazer e, essa sim, essa estrada, é da nossa responsabilidade, é da Câmara, é da Junta, é de todos nós. Também em tempos, como o Senhor sabe, já lá houve uma morte e, era isso que eu não podia deixar passar em claro. -----

----- Também não queria, enquanto Presidente de Junta, relativamente àquilo que já foi dito pelos meus

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, setembro, 16

antecessores, na Pista de Atletismo, deixar de referir que é natural que a Pista esteja preparada para pisar mas, a juventude fuma e, não têm o cuidado de colocar as piriscas fora do tartan. Na próxima iniciativa que a Câmara Municipal possa ali fazer, eu sei que já foi falado na tela, é um investimento, eu sei que é caro mas, de qualquer forma, se calhar valeria a pena fazer esse esforço para colocar e fazer a cobertura desse tartan para que estivesse de alguma forma protegido.”-----

----- O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “Vou tentar responder a tudo o que é possível, inclusivamente a pedidos de informação escritos.-----

----- Em relação à Urbanização Quinta de São Luíz, remeto para resposta escrita. -----

----- Em relação às festas concelhias, vou responder ponto a ponto.-----

----- Primeiro ponto da intervenção do Senhor deputado Oliveira e Sousa e, em relação aos pontos comuns serve para todos. Falta de segurança. A segurança que foi contratada foi aquela que as empresas de segurança e, aquilo que normalmente nos é indicado como bastante e suficiente. Para além da empresa de segurança que contratamos com um número de efetivos correto e, foi reforçado este ano o número de efetivos, porque nós prevíamos que a Feira crescesse e que tivesse mais afluência. Também foi coordenado com o destacamento da GNR e, com o posto da GNR e com o Senhor Comandante da GNR, um reforço policial, que esteve presente todos os dias nas festas. Só não esteve visível nos primeiros dias porque foi acordado por nós que não queríamos o Corpo de Intervenção nas Festas e, ele esteve na carrinha, à porta, durante todo o tempo. Em face de um acontecimento de violência que houve nas Festas, eu pedi ao Senhor Comandante da GNR que o mesmo pudesse ter dois ou três elementos para dissuadir. Não o corpo todo, que esteve em permanência na Vila de Montemor-o-Velho e, nós pagamos esse serviço, durante todas as festas, eu pedi que fossem disponibilizados alguns elementos que, de uma forma discreta mostrassem a sua presença. É evidente que não era essa a intenção inicial e, vamos ser claros e objetivos, eu não gosto de fazer política com coisas que não devem estar dentro da política, eu já disse aqui. Devem estar nos sítios certos. Há uma morte, estão a ser investigadas as causas. Até termos a certeza de tudo, não vamos fazer conjecturas. Sendo certo que, eu quero aqui dizer com toda a clareza e objetividade, em todos os eventos festivos que eu frequento e, contrariamente ao que aqui foi dito, eu não tenho os fins de semana, eu frequento, em todos os fins de semana festivos, há problemas com álcool, está na natureza das pessoas. Uns com mais violência, outros com menos violência. É da vida, está lá, não podemos contrariar isso e, portanto aquilo que pretendemos aqui esclarecer e, é preciso que se diga com clareza que, os únicos acontecimentos de violência que ocorreram foram acontecimentos extremamente rápidos e, portanto, havia um problema na altura, na zona animal, porque alguns elementos queriam soltar o touro, é verdade, teve que haver um reforço nessa zona e, ocorreu o evento que todos nós sabemos e, vou aqui escusar-me, porque isso está a ser investigado e, vai ser investigado e, portanto a polícia de intervenção estava à

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO***Sessão Ordinária de 2016, setembro, 16***

entrada da feira, isto foi nos primeiros dias. Estamos esclarecidos, a segurança é bastante e suficiente. Eu quero aqui dizer com toda a clareza e, com toda a frontalidade que este Executivo foi acusado de ser extremamente duro com a segurança, porque efetivamente nós tínhamos determinado que, a partir de determinada hora, iríamos encerrar e, encerramos com veemência ou seja, nos primeiros dias, foi acordado também com as forças da autoridade e, com a empresa de segurança que se devia dar o exemplo, para depois na parte restante da festa, se poder controlar este fenómeno que nós sabemos que é vulgar; é que a partir de determinada hora da noite, este tipo de violência começa a ocorrer e, portanto nós quisemos evitar isso e, nós fomos acusados em todas as redes sociais e, por toda a gente, eu próprio fui interpelado por toda a gente, inclusivamente a Adjunta, que eu já vou passar a esclarecer que no segundo dia em que foi encerrada a feira dessa forma, com o tal varrimento, que é assim que se designa essa movimentação de segurança, as pessoas estavam revoltadas porque estávamos a fechar e, estávamos a obrigar mesmo a fechar e, portanto, quanto à falta de segurança, permitam-me discordar, porque não é verdade e, é impossível controlar num recinto tão grande, que num ponto ou noutra não surjam fenómenos de violência. É preciso é que, ocorridos esses fenómenos de violência, sejam sustados, se forem graves e, sejam convidadas as pessoas a sair e, foi isso que aconteceu. As pessoas foram convidadas a sair e abandonaram a festa. -----

----- Esta é a realidade pura e dura. -----

----- Quanto à sugestão do posto de cuidados de saúde, eu acho uma sugestão válida. Irei sugerir que se possa integrar qualquer coisa parecida com isto, nas próximas festas concelhias. -----

----- Quanto à falta de acessibilidade para pessoas e, aqui permita-me dizer, com mobilidade reduzida, que eu não gosto do termo que utilizou o senhor deputado Oliveira e Sousa, é verdade que nós fazemos um esforço incrível para que estas pessoas possam ir à festa e, a verdade é que existem percursos que são acessíveis e não há nada que não seja acessível às próprias pessoas com mobilidade reduzida inclusivamente, temos sanitários próprios para essas pessoas, tudo dentro da normalidade. Há uma acusação que esses percursos não são curtos ou seja, são longos. Mas, o próprio recinto da festa é muito extenso e, portanto, não têm acessibilidade em todos os sítios, têm que fazer percursos mais longos. Espero e, podemos equacionar também, é evidente que a festa tem que melhorar, que se faça ou que se planeiem circuitos mais curtos para essas pessoas, o que pudermos otimizar, tanto melhor. -----

----- Quanto à questão do dia de aniversário, nós temos uma listagem que já estava aí, foi completada, eu nem sequer intervimos nisso e, essa listagem de pessoas, das entidades oficiais e associações e, todas as entidades são convidadas para o dia de aniversário. -----

----- Quanto ao ponto 5, se não acha estranho que nenhuma filarmónica tenha vindo. O Senhor deputado Oliveira e Sousa, sabe tão bem como eu, porque nós fomos transparentes e, absolutamente

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, setembro, 16

diretos e frontais com as pessoas presentes. Estava tudo acertado com a Filarmónica 25 de setembro de Montemor-o-Velho, a Senhora Presidente da Filarmónica foi contactada pela Secretária da Presidência, logo que estavam reunidas as condições para o evento. A Senhora manda uma mensagem por telemóvel que a Filarmónica estava a caminho e nós ficámos à espera. Quando viemos a constatar que nada estava assim garantido. Isto está documentado e, mereceu da parte do Presidente da Câmara um veemente protesto para a Direção da Filarmónica porque isto não se faz. É uma total falta de respeito para com uma instituição que se chama Câmara Municipal, para com os Senhores Vereadores, para com os senhores deputados e, para com todas as pessoas que vieram cá nesse dia e, estavam aqui presentes. -----

----- Quanto à questão da situação do Staff e daquela história que aqui foi abordada por várias pessoas. Não foi identificada a pessoa mas, presumo que é a mesma acusação que foi feita pelo Senhor Vereador Jorge Camarneiro numa reunião de Câmara e reportada à Adjunta da Presidência, Dr.ª Diana Andrade. Eu desconhecia e, de imediato, confrontei a Dr.ª Diana Andrade e, a mesma sentiu-se ofendida na sua honra e consideração e, na próxima reunião de Câmara, porque os factos aludidos pelo Senhor Vereador Jorge Camarneiro e, aqui, de certa forma não foram tão explícitos, há ali uma questão que eu depois vou esclarecer, são falsos e, por isso mesmo eu irei dar a oportunidade na próxima reunião de Câmara, para ela se defender e, para ela inclusivamente arrolar pessoas que são idóneas para justificar aquilo que eu estou aqui a dizer. Os factos eram falsos e, portanto não estava aberto, contrariamente ao que diz o tal bar, nem a Senhora supostamente mandou abrir ou deixou estar aberto. O que a Senhora pediu, segundo a informação que eu tenho e, posso já aqui adiantar é de que a deixassem em paz, porque estava a ocorrer nesse momento o varrimento e, as pessoas estavam a protestar com ela porque estava a ocorrer o varrimento ou seja, o tal encerramento forçado às 02h00 e, é essa a questão que é aqui referida e, naturalmente, a Senhora tem todo o direito de dizer, deixem-me em paz, eu quero estar em paz no meu momento de lazer, porque o estava. E, já de agora, o varrimento implicava o quê? Implicava que a partir de determinada hora não fossem servidas bebidas ou, mais bebidas e, o estabelecimento onde a mesma se encontrava estava encerrado, com a porta fechada. O Senhor Vereador Jorge Camarneiro disse o contrário mas, na próxima reunião de Câmara vai ser apurado quem é que diz a verdade e, aliás eu estou à vontade para o dizer. -----

----- A questão que se coloca aqui é que aquilo que estava em causa é tão-só isto, a Senhora tem todo o direito de se defender e, portanto as acusações que aqui, de certa forma, não foram tão explícitas, a do Vereador, como eu disse, foi explícita, estas não foram mas, eu gosto de esclarecer tudo, cara a cara. -----

----- Há aqui uma questão lateral e que se prende com o Senhor Francisco Batista. Oh senhor deputado Oliveira e Sousa não se acredite em tudo o que vê no facebook, é preciso ter a noção que o facebook tem as suas características próprias, não tem a seriedade de um órgão de comunicação social, não tem a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, setembro, 16

seriedade que se impõe nessas coisas portanto, nessa parte eu gostaria de dizer que há aqui um problema com o Senhor que até é deputado desta Assembleia Municipal e, vou dizê-lo com toda a clareza: há aqui um problema gravíssimo com o Senhor deputado Francisco Batista e com o seu estabelecimento, supostamente seu, porque ele assim se intitula. É que me foi reportado que os Serviços estavam com grande dificuldade em estabelecer a ordem neste estabelecimento. Porquê? Porque este estabelecimento violava sistemática e reiteradamente o regulamento que nós temos para os bares ou seja, mantinha por trás do bar uma festa privada ou seja, uma segunda festa dentro de outra festa com ruído e, foi sistematicamente e reiteradamente avisado que não deveria ter aquele local com aquela animação. Aliás, o local nem sequer devia ser utilizado, porque o local é de apoio à própria atividade dos bares e, foi dito e, é aqui que está a revolta do Senhor, se o mesmo reiterasse naquela atividade, que a GNR deveria ser convocada para encerrar o bar e, a GNR efetivamente, avisou o Senhor para, se ele mantivesse aquela atividade fosse encerrado o bar. Foi avisado e, a verdade é que resultou bem, o bar fez o seu trabalho, fez o seu papel, foi mais um elemento bom da festa, contribuiu para a festa e, as coisas passaram a correr bem. Quem diz que há falta de segurança e, falta de ordem, está aqui a prova e, portanto o Senhor Francisco Batista não gostou e sentiu-se perseguido politicamente, como andou a dizer por todo o lado. A verdade é que não foi nada disso. Ele teve que se conformar com as regras do regulamento. -----

----- Quanto à entrevista, quero dar nota do seguinte: mal de mim se eu venho para a Assembleia Municipal falar das entrevistas que dou. Eu dou muitas entrevistas. Só dar duas ou três notas. Fui interpelado por um jornalista que me fez perguntas concretas a que eu respondi e, eu respondi com verdade. Doa a quem doer, já me conhecem, eu não devo nada a ninguém portanto, o que tenho a dizer, digo. As perguntas que me foram feitas, eu respondi com verdade e com clareza. Como os senhores deputados ou como as pessoas interpretam a entrevista é um problema de cada um. Quero dizer, senhor deputado Oliveira e Sousa, muito estranho dessa formação profissional, que assuma as dores dos outros e assumam que assume a defesa dos outros. Aqui, a única pessoa que pode criar e pode ter interesse em replicar comigo é o Senhor Vereador Jorge Camarneiro. Porquê? Porque efetivamente é uma entrevista que fala dele. Eu aqui também quero dizer e, vou encerrar este assunto. O Senhor Vereador Jorge Camarneiro falou aquilo que quis durante muito tempo e, eu mantive-me calado até por questões, até de estar, por ser a minha postura normal mas, depois fartei-me de estar calado e, portanto também posso falar e falei e, é esta a altura. -----

----- Quanto à questão dos benefícios aos Bombeiros Voluntários de Montemor-o-Velho, do senhor Ricardo Brites, dar nota do seguinte: os regulamentos estão em revisão mas, permita-me fazer novamente a correção. Se bem se lembra, já da outra vez, na assembleia que referiu isso, eu disse-lhe que eu próprio, no discurso que fiz, no aniversário dos Bombeiros me disponibilizei para isto não foi? Isto não é uma

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, setembro, 16

proposta da CDU! Eu próprio me disponibilizei por uma questão de justiça e, portanto naturalmente que todos os regulamentos estão a ser revistos e, onde pudermos vamos criar esses benefícios para os bombeiros. Atenção, que a elaboração de regulamentos exige um conjunto de medidas e de estudos e, por isso são mais demorados. Não é estalar os dedos e, aparecem os benefícios e, portanto nessa perspetiva, a seu tempo aparecerão esses tais benefícios e, estão em estudo, como eu disse e, estão em preparação vários regulamentos. -----

----- Quanto à questão do Cadastro e registo de todas as faixas combustíveis, dar nota de que o Eng.º Hélder, não faz outra coisa, se não notificar pessoas para fazer a limpeza dos mesmos e, a partir daí se vão despoletar todos os procedimentos que, necessariamente têm culminado na esmagadora maioria, na limpeza mas, há uma situação que eu quero aqui chamar a atenção do Senhor deputado, que a própria GNR fez um levantamento exaustivo de todas as situações no Concelho de Montemor-o-Velho, georreferenciadas e, os Senhores Presidentes de Junta sabem disso. Estão todos os Presidentes de Junta notificados por uma questão muito simples. É que naqueles prédios onde nós conseguimos identificar os proprietários, são notificados; nos que não são é que, só agora a esmagadora maioria estão para colaboração dos Senhores Presidentes de Junta, para ver se conseguimos identificar e, temos tido essa colaboração dentro da medida do possível e, temos tido algum sucesso na limpeza do Concelho. -----

----- Quero-lhe reportar que a informação que eu recebi desse batalhão da GNR especial, é que efetivamente, não era um concelho problemático mas, quero aqui dizer que, será para nós sempre problemático, porque qualquer incêndio é sempre problemático mas, essa é a informação que eu tenho, contrariamente aquilo que disse, que era um caos, ou que era uma coisa muito acentuada ou gravosa, o que me permite discordar mas, qualquer situação de perigo é sempre de perigo e, portanto não vale a pena fugir a isso. -----

----- Quanto ao ponto de situação da empresa Karapi, há uma nota introdutória que eu quero aqui esclarecer. A Câmara Municipal não tem poder direto sobre o problema da Karapi. A Câmara Municipal, através do seu Presidente, através dos Serviços, através de tudo, tudo fez para minimizar o problema da Karapi. Fizemos uma operação de larga envergadura para minimizar o problema da Karapi. -----

----- Ponto de situação e, é aquilo que eu sei: a Karapi já foi vendida em hasta pública e foi adquirida por uma pessoa que nós não conhecemos, que legitimamente chegou à hasta pública e comprou. É a informação que eu disponho, não oficial porque eu não estive presente na hasta pública. -----

----- Segundo ponto: o senhor que sempre se disponibilizou a mim e, com a colaboração do Senhor Presidente de Junta da Carapinheira, ainda há 15 dias aqui esteve, a informação que me deu foi a seguinte. Pretende instalar a produção da sua nova coleção provisoriamente nas instalações que vão ser cedidas pelo senhor Presidente da Junta da Carapinheira e, está em negociações connosco do lote 5 e, nessa perspetiva

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, setembro, 16

é aquilo que eu sei sobre a Karapi. Mais, segundo informação do próprio e, eu como devem perceber não tenho poderes de direção sobre o próprio, aguarda a decisão de adjudicação de novas coleções em Paris e, que estão neste momento a ser avaliadas propostas da empresa dele, em Paris, para que ele possa então instalar aqui a sua produção dessas novas linhas, desses novos produtos que ele se candidatou em Paris. É a informação que tenho e posso disponibilizar. -----

----- Quanto à questão da utilização indevida da Pista de Atletismo, eu já expliquei. Na altura eu questionei os alemães que aqui estiveram a aplicá-la, questionei os Serviços, se a mesma poderia ser utilizada e, aquilo que foi recomendação dos mesmos, foi cumprido até em excesso. Eu gostaria de abordar esta questão com muita frontalidade e, eu até quero fazer isso. Basta ir ao local, aliás eu já fui, eu convido os Senhores a ir ao local, à exceção de algumas manchas no tartan, está impecável, não há nenhum dano na pista. Vão lá e vejam com os vossos próprios olhos. Tem manchas porque ainda não foi limpa. Essa é a situação. Agora, senhora deputada Cristina Jorge e, senhores deputados que levantaram este problema, eu próprio na altura que iniciamos este processo das festas, dei indicações para criar, várias zonas, a zona dos bares, as zonas de atravessamento, não à pista toda e, o orçamento que nós temos é de mais de 100.000€, para o tal revestimento em borracha. O orçamento está nos Serviços, pode ser facultado a quem pretender. -----

----- Eu continuo a achar e, estou de acordo com os senhores deputados que, pelo menos a zona dos bares e a zona das passagens deve ter proteção e, eu gostaria e, já dei indicações aos Serviços que, nas próximas festas, pelo menos essas zonas de atravessamento que nós fizemos proteção, na zona do bar, tivesse uma proteção de qualquer tipo. Não pela ofensa mecânica ao piso mas, pelas próprias manchas ou por líquidos indesejados nas mesmas. -----

----- Eu quero dar nota do seguinte: os atletas de atletismo correm com pitons (são pregos) com mais de um centímetro e, correm e pisam esse mesmo piso com essa violência, portanto as pessoas têm que perceber de que tipo de piso nós estamos a falar. Portanto, eu penso que esclareci esta questão. -----

----- Sobre a segurança referida pelo membro Ricardo Brites, já esclareci. -----

----- Quanto à questão da Senhora adjunta, já esclareci. -----

----- Quanto à questão da estrada secundária (Casal do Jagaz/Gatões), recomendo aos Serviços que verifiquem. Neste momento não está nada previsto. Nós temos previstas obras, que estão a concurso mas, recomendava aos Serviços que verificassem o estado da mesma: buracos, bermas. -----

----- Quanto à questão dos semáforos de Quinhendros, eu às vezes critico mas, também tenho que elogiar outras vezes. Elogiar a atitude da senhora deputada Cristina Jorge. Esta para mim, é a forma de estar na política, correta. Eu concordo com ela porque, efetivamente, se os semáforos estão mal, nós temos que os otimizar, porque eu também os utilizo. Eu gostaria que os Serviços convocassem a empresa

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, setembro, 16

para verificar o tempo que é disponibilizado e, que dessem mais tempo, para que as pessoas que vêm de Gatões pudessem passar em segurança. Eu sou utente dos semáforos e, verifico que há muita gente que segue esse trajeto e, são estas observações atentas dos senhores deputados que melhoram a nossa prestação de serviço público e, por isso agradeço o seu interesse e, o seu cuidado em alertar isto. Só dar uma nota: tinha sensores de proximidade, para ter temporizadores, passou a ter outro tipo de regulação e, por isso pode haver algum ajuste a fazer e, será feito e, eu peço que tenham atenção às pessoas que vêm desse trajeto. -----

----- Quanto à questão do Stand Alves Barbosa, também gostaria de esclarecer aquilo que me foi questionado. Aquando da inauguração da rotunda e, do monumento ao nosso querido amigo Alves Barbosa, foi-nos dada a possibilidade de expor artigos do senhor a homenagear Alves Barbosa e, nós, porque se tratava de uma proposta séria e, convicta, de imediato contratualizamos um stand para que esses artigos pudessem ser expostos. O senhor foi adiando a sua decisão final de trazer e, dizia que trazia, depois não trazia e, até ao penúltimo dia quando eu disse acabou, esqueçam. Nós fomos vítimas disto mesmo. Lamento mas, são situações imprevistas que têm a ver com as pessoas, não têm a ver connosco, porque nós fizemos o dispêndio. Para nós era importante ter aquilo ali e, infelizmente não resultou. Peço desculpa e, peço desculpas públicas. Fomos vítimas de uma coisa que eu não sei explicar, portanto, não vale a pena estar a bater mais no ceguinho, como se costuma dizer. -----

----- Quanto à questão levantada pelo senhor Presidente de Junta, António Pardal, a saída da Ponte da Alagoa e a própria ponte é das Infraestruturas de Portugal e o trajeto é da APA. Nós não temos jurisdição sobre esse percurso ou, sobre essas infraestruturas. -----

----- Quanto à questão das curvas da Torre e, do Miradouro, lá poderem levar rails, é algo que se pode equacionar, são duas, eu gostaria que identificasse as curvas para os nossos serviços as poderem também visualizar e constatar, se realmente se justifica a colocação de rails. -----

----- Quanto à questão do IMI, do senhor deputado Ricardo Brites, e já aqui disse, não é novidade nenhuma, não é proposta também da CDU, é intenção de todos nós, de todas as bancadas baixar o IMI. Para isso, o Executivo fez a sua parte, que é para mim a parte mais difícil, que é livrar-se do PAEL. Fazendo a sua parte o Executivo e, neste caso, eu próprio tive empenhamento pessoal em me livrar dessa coisa abjeta e aberrante que nós tínhamos, podemos recuperar a nossa autonomia e, só não veio o IMI aqui a esta Assembleia, que era o tradicional e o vulgar, porque temos informações que vão haver alterações relevantes nesta matéria no nosso orçamento de estado e, por isso mesmo, nós relegamos para futura assembleia, a decisão sobre essa matéria, sendo certo que fica aqui o meu compromisso pessoal e, já anunciado publicamente que iremos baixar o IMI porque existem condições para tal. Sendo certo que, nós já devolvemos o dinheiro do PAEL, nós já devolvemos os juros mas, ainda não veio a carta de alforria,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, setembro, 16

porque efetivamente, nós temos que ser libertos daquilo. A DGAL, apesar de concordar e, nós já fizemos vários esclarecimentos, já devolvemos tudo, já não devemos um cêntimo mas, a DGAL e, as entidades competentes, ainda não nos deram a carta de alforria e, portanto, nós aguardamos serenamente que isso assim aconteça e, na altura que chegar, nós iremos tratar do IMI e de outras coisas mais, porque efetivamente, não era só o IMI que nos constrangia. Há todo um conjunto de obrigações que este instrumento nos obrigava e nos vamos libertar e, que vão facilitar e, vamos dar a maior autonomia municipal.-----

----- Quanto à limpeza da Vila, há aqui duas ou três notas importantes. É sabido que o Município não pode contratar pessoas, ou novos trabalhadores ou seja, pode contratar mas, tem limitações e tem obrigações que tem que cumprir. É evidente que para a CDU, essas limitações nunca o foram., porque para a CDU não há que cumprir, como não tínhamos de cumprir a taxa máxima de IMI, não tínhamos que cumprir várias coisas. Para a CDU isso não tem que se cumprir mas, nós temos que cumprir. O que é que aconteceu, em relação em concreto à limpeza? A limpeza, temos pessoas de baixa, temos pessoas que se aposentaram, temos estas limitações e, por isso mesmo tivemos aqui um período de impasse, porque tivemos que resolver essa situação, tivemos que fazer contratação externa. Não temos recursos próprios, tivemos que fazer contratação externa e, ela está feita e, está feita de maneira, inclusivamente a poder, no futuro, não só beneficiar a Vila mas, também, as nossas sedes de Freguesia. Essa é a questão. -----

----- Também está em curso e, aqui também quero dizer com toda a clareza, o reforço do Protocolo com a APPACDM. Porquê? Não foi porque eu quis. Foi porque me foi solicitado pelos próprios e, há aqui que desmistificar algo que, muita gente pensa e, diz e comenta que nós exploramos as pessoas com deficiência. É mentira! Nós pagamos esse serviço. E mais, nós não andamos a controlar esse serviço, nem andamos a verificar. Esta é uma realidade que eu quero aqui esclarecer. Em face da abordagem da encarregada dos mesmos, que eles lhe transmitiram que ficavam muito contentes por vir para a rua fazer esse trabalho, eu dei aos Serviços, para dobrar as horas que nós temos com a APPACDM. Também aí nós vamos reforçar esta colaboração que temos muito frutuosa e boa para os mesmos intervenientes e, por isso mesmo, penso que as coisas vão normalizar muito brevemente.-----

----- Também é certo e, para finalizar, que tivemos alguns grandes eventos que, efetivamente deixaram a Vila um pouco mais suja. É como o lençol na cama, puxamos de um lado, destapamos os pés, puxamos para os pés, destapamos a cabeça. É naturalmente assim, quando vivemos num Município que tem escassez de recursos humanos e financeiros.”-----

----- Pediu a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “Ouvi a intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho com toda a atenção. Importa referir quatro itens: --

----- Quanto à segurança, o primeiro dia que estive presente não constatei a segurança que V. Ex.^a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, setembro, 16

referiu nos dias após. Acredito que V. Ex.^a tenha referido que reforçou a segurança no 2.º, 3.º, 4.º, 5.º dia mas, no primeiro dia não constatei essa força de segurança. Estive lá e vi. Não estava lá assim tanta segurança.-----

----- Outra nota, o Hastear da Bandeira, V. Ex.^a também referiu que não foi V. Ex.^a que formalizou o convite à Filarmónica, foi o seu Staff e que, a Filarmónica faltou. Ora, Senhor Presidente, V. Ex.^a é advogado, eu também sou. Nós nestas situações oficiais, não devemos facilitar. V. Ex.^a só tinha que ordenar ao seu Staff, um ofício àquela Filarmónica para estar no dia e hora presente. Saber se tinham disponibilidade, se tinham fatos, porque eles andavam um pouco míseros, se tinham saxofones, se tinham cornetas, a vir efetivamente entoar aquilo que de mais maravilhoso, era efetivamente estarem presentes. Portanto, esse ofício era tudo, porque se ela não estivesse disponível, há mais três, uma dela podia estar. Portanto, o seu Staff ou é incompetente ou então, Deus me livre.-----

----- Por outro lado, também constatei, V. Ex.^a disse e, é verdade, que não se pode acreditar em tudo no facebook mas, as pessoas, não é uma questão de obrigatoriedade e, vão escrever tudo o que querem, porque também estão sujeitas a responsabilidade civil ou criminal e, neste sentido, aquilo que eu disse foi tão-só e, aliás indiquei o nome e a pessoa e tudo mais, tenho sempre o cuidado de não inventar estas situações mas, também disse que o Senhor Jorge Camarneiro, diz o contrário. Chamou mentiroso ao Senhor Jorge Camarneiro? Por aquilo que me é dado a parecer, o Senhor diz, o Jorge Camarneiro diz o contrário. Então ele é mentiroso? Chamou-lhe mentiroso ao Jorge Camarneiro. Não sei qual é a interpretação, mas a interpretação que eu dou é esta: mentiroso a Jorge Camarneiro.-----

----- Depois, quanto à entrevista, disse que o Jorge Camarneiro, falou do que quis, durante todo o tempo que quis e, fazendo a política que quis, que V. Ex.^a nada disse. Eu realmente lembro-me de uma intervenção que fiz aqui há um ano, em que disse que as flores que estavam no seu jardim, que era um jarro, em que o Jorge tipificava o jarro, estava murcho, murchou e, ele já andava murcho. E murchou porquê? V. Ex.^a no seu sentido vai a outro jardim ao lado e escolhe uma flor, na altura muito bonita e, leva-a para o seu jardim, a consequência foi o jarro que estava todo alegre e, discutia e, falava e dizia coisas para o desenvolvimento do Concelho, murchou, a partir dali perdeu o pio.-----

----- Também disse que, na verdade, o divórcio era difícil, apenas estavam separados de facto mas, como havia tanto em comum para partilhar, era difícil o divórcio e, também lhe disse que na verdade, uma geringonça dessas que V. Ex.^a inventou com o Partido Comunista, não ia dar certo, porque os investidores e, tudo o mais, não gostariam disso. Eu por acaso até me admirei e gostaria porque o Jorge é uma pessoa cuidadosa na parte social enfim, estava a chegar a um bom contributo mas, assim não deu e, daí que a geringonça, como eu disse, teria que rebentar. Rebentou! Mas, essa mesma flor que murchou no outro jardim, já não volta ao outro jardim que está murcha mas, nesse jardim onde ela está situada, também já

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, setembro, 16

está murcinha. Vai murchar porque na próxima campanha, ou ela encontra um outro jardim para ela florescer ou então murchou de vez. -----

----- Quanto à entrevista, é esse ponto que eu digo. V. Ex.^a é uma pessoa de frontalidade, é certo. É frontal mas, admiro-o por isso e também tem que engolir aquilo que não disse ou aquilo que omite e, sabe muito bem contornar e, contornou tão-só que, na verdade, o que se diz na entrevista, é que V. Ex.^a também não pode dizer tudo, como diz que pode dizer tudo, não diga isso, porque está a infringir regras e leis autárquicas e, está a infringir o próprio sistema democrático nesta Autarquia. -----

----- Sabe, Senhor Presidente, é tão-só o reparo que eu faço das suas respostas mas, como V. Ex.^a diz e muito bem e, isto também é para todos os deputados municipais e para os Vereadores. Eu sei sempre distinguir o que é pessoal, do que é político. Por isso à política o que é da política, aquilo que é pessoal, é pessoal e, nisto eu digo a V. Ex.^a, nada é pessoal, é tudo político, porque como sabe, continuo a ser o seu admirador.” -----

----- Pediu a palavra o membro Ana Cristina Jorge (Coligação Mais por Montemor) que disse: “É mais ou menos uma defesa da honra do nosso deputado Francisco Batista, que de facto, eu estava a contar hoje com ele mas, infelizmente por questões pessoais, que não me compete a mim, torna-las públicas, porque me foram transmitidas pessoalmente e não as quero tornar públicas, não pode estar presente. -----

----- Acontece o seguinte, nós não tínhamos conhecimento que ele tinha um bar ou tinha um restaurante, nada disso. Isso foi o esclarecimento que o Senhor Presidente entendeu dar, para nós é novo. Eu própria nem tenho facebook, nem sabia dessas trocas de mensagens, agora há uma coisa que eu queria deixar aqui de facto. Há uma coisa e, é aquilo que me parece no meu sentir e, vou dar aqui a minha opinião muito sincera. É que o Edil do Município, o Staff, os Vereadores e todas as pessoas que estão ligadas ao Município e ao dever do Município e à representação do mesmo, há coisas que efetivamente e, tenho que subscrever o que disse o deputado Oliveira e Sousa, não podem dizer. É certo que podia não estar no exercício das suas funções mas, representa o Município. Eu faço o que quero, não podem dizer isso. Porque isso não se pode dizer, porque a pessoa pode não estar nesse momento a representar mas, é a cara desse Município e, as pessoas não fazem aquilo que querem, as pessoas têm que fazer aquilo que é uma coisa muito importante, que é estar ao serviço dos outros. O Executivo está ao serviço dos senhores munícipes. Está ao serviço, é a sua missão. Era só a palavra que eu queria dizer. Esta é a minha opinião e, é aquilo que eu sinto, às vezes, em determinados cargos e em determinadas funções, é que estou ao serviço das pessoas. Eu estou para servir as pessoas com a qualidade, com a educação e com o saber estar que me for possível, ou que eu souber, ou que tiver dentro de mim, digamos assim. Realmente aquela frase, quem não tem, não pode dar, é verdade mas, as pessoas têm que ter um sentido e, têm que ter de facto muita noção daquilo que podem ou não dizer e escrever.” -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, setembro, 16

----- Pediu a palavra o PJF da UF de Montemor-o-Velho e Gatões, António Pardal que disse: “Falou-se aqui num assunto, na realidade no dia 08 de setembro, enquanto Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Montemor-o-Velho e Gatões, fiquei muito chocado como qualquer pessoa que esteve aqui ao hastear da bandeira e, nas palavras que o Senhor Presidente disse, fiquei aborrecidíssimo com a Filarmónica mas, depois tive que ouvir também a outra parte. Coincidência em muitos pontos mas, há determinado ponto que não coincide. Eu atrevia-me a propor, se é assim que eu posso falar, era que fosse ouvida e, porque foi falado aqui nesta Assembleia, fosse convidada a Senhora Presidente da Filarmónica 25 de setembro, a vir aqui, na primeira oportunidade que houvesse, também expor a sua versão, para que todos nós ficássemos aqui a saber o que é que se passou, porque ouvir uma parte e não ouvir a outra, pode ser um grande problema. Nem sei se isto é legal ou não mas, é aquilo que me vai na alma e, é aquilo que eu digo, sem ofender quem quer que seja.”-----

----- Eu já ouvi a outra versão, não vou dar a minha opinião mas, tenho a minha opinião. Ouvi uma e ouvi outra e, aqui ninguém é mais ou menos mentiroso que um ou outro. Ouvimos as duas e, cada um faz o seu juízo.”-----

----- Pediu a palavra o membro Ricardo Brites (CDU) que disse: “Pegando exatamente nas palavras que disse o Senhor Presidente da União de Freguesias, eu acho que esta Assembleia devia solicitar um esclarecimento devido para este assunto. O que o Senhor Presidente da Câmara disse, eu acho que ninguém aqui acredita que a Filarmónica 25 de setembro, estando convocada para este evento, iria faltar. Ainda por cima enviar uma mensagem no próprio dia que estava a caminho. Eu acho que são afirmações que devem ser esclarecidas com a entidade responsável e, neste caso, com a Presidência e, com a Direção da Associação Filarmónica 25 de setembro. Acho que esta Assembleia tem todo o dever de esclarecer este assunto, porque estamos aqui perante afirmações que penso que devem ser esclarecidas, para que não restem dúvidas relativamente ao facto do hastear da bandeira.”-----

----- Outra questão, ainda relativamente às festas e, contrariamente a algumas pessoas que estão aqui a falar e, não estiveram presentes, há afirmações e informações de pessoas que estiveram no local e presenciaram todo o aparato que se passou durante aquilo que nós estivemos aqui a afirmar, mediante os factos da Adjunta do Senhor Presidente. Há factos que devem ser devidamente esclarecidos e, de facto se não devemos acreditar em tudo o que aparece no facebook, também devemos suspeitar das publicações do Município porque se calhar também têm algumas inverdades e, não vamos por aí porque, de facto, se o Senhor Presidente assume aqui perante todos que nem tudo o que aparece no facebook é verdade, então também, obviamente devemos suspeitar das informações que o Município publica recorrentemente nesta rede social.”-----

----- Usou da palavra o PMAM que disse: “O senhor Presidente da Câmara pediu-me a palavra mas, eu

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, setembro, 16

não resisto a repetir aquilo que disse na minha tomada de posse, que é um conselho de Miguel Torga, porque às vezes parece-me que as pessoas, se levam muito a sério e levam pouco a sério aquilo que fazem. Eu gostaria que, de facto, fosse ao contrário, pessoas que levem a sério aquilo que fazem e que, enfim, não levem tanto a sério aquilo que julgam ser.” -----

----- Usou da palavra o PCM que disse: “Eu não quero deixar dúvidas em relação à minha intervenção anterior.-----

----- Aquilo que eu pedi e, não foi efetivamente respeitado, porque não interessa, é que dei o benefício da dúvida, porque a Senhora vai ser ouvida na próxima reunião de Câmara e, vai falar para a ata, que é pública, portanto eu estou à vontade. Mais, senhora deputada Cristina Jorge, você tomou partido inequivocamente de uma posição. Dê o benefício da dúvida. Faça favor de dar o benefício da dúvida. Até alguém ser condenado, presume-se inocente.-----

----- Eu já expliquei, eu fui claro, e transmiti algo que vai ser dito na reunião de Câmara, que essa frase, se é que existiu foi num outro contexto. Não se acredite. Oiça as pessoas.-----

----- Em relação à Filarmónica, o convite à Filarmónica foi feito pela mesma pessoa que nos anos anteriores sempre fez à Filarmónica, à exceção do ano em que não veio a Filarmónica 25 de setembro, por razões que se prendem com a própria Filarmónica. O convite foi feito pelo senhor trabalhador António Alves, como sempre fez, como sempre tratou com a Filarmónica, a única coisa em que interveio a Secretária da Presidência foi para confirmação e ligação em termos de operacionalidade. Nada mais. O convite que foi feito, a forma como foi feito, a forma como foi o assunto tratado foi da mesma forma que foi tratado em todos os anos anteriores, com outros Presidentes de Direção e, sobre isto, dizer claramente, também que não haja dúvidas, a Câmara Municipal mandou à direção da Filarmónica porque eu próprio sou uma pessoa responsável e, também quero ouvir a parte contrária, um veemente protesto por aquilo que aconteceu. O que é que vai acontecer? A Filarmónica vai responder e, eu em conformidade, mandarei abrir processo de averiguações e a seguir as consequências. Como também em conformidade, posso assumir um corte de relações institucionais, se verificar que aquilo que está a acontecer é ofensivo ao Município. Tão simples como isto e, portanto, é assim que penso que os assuntos devem ser tratados.”-----

----- **Ponto 2. Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara, nos termos da alínea c), nº 2, do artº 25º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, retificada pelas Declarações de Retificação n.º 46-C/2013, de 01 de novembro e n.º 50-A/2013, de 11 de novembro.** -----

----- O PMAM deu a palavra ao membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “Com o devido respeito senhor Presidente. O Movimento Independente de Cidadania Por Amor a esta Terra, foi o primeiro a trazer o problema da Urbanização da Quinta D. Teodora, aliás só tive agora referência quando olhei aqui e, o senhor Presidente da Câmara reuniu com o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Pereira e, os

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, setembro, 16

moradores da Quinta D. Teodora. Mas, foi o Movimento Independente de Cidadania, o primeiro a trazer este problema aqui à Assembleia e, depois de ter questionado o senhor Presidente da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, sobre esta matéria, vem por este meio apresentar a sua surpresa por ter tido apenas conhecimento da reunião realizada entre a Câmara Municipal, a Junta de Freguesia e os moradores desta urbanização, através de informação escrita do senhor Presidente da Câmara, sem que para tal tenha sido convidado a estar presente na mesma.-----

----- Atenção senhores vereadores, vocês já fazem pouco, ao menos estejam um bocadinho caladinhos!”

----- Usou da palavra o PMAM que disse: “Senhor deputado Oliveira e Sousa, eu não tenho um dedo que adivinha mas, não citei Miguel Torga ao acaso, porque efetivamente me pareceu que, às vezes nós levamos muito a sério e, esquecemo-nos que os munícipes não nos elegeram para nos levarmos a sério, elegeram-nos para levarmos a sério aquilo que fazemos. Portanto, temos que ter esse cuidado na nossa atuação e, também na nossa linguagem e não sentirmos que, estamos num patamar superior aos outros.” -

----- Retomou a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “Oh senhor Presidente, repare, não sou menino de escola e, repare eu quando disse, foi a olhar para o Vereador Aurélio e para o senhor Eng.º, da forma próxima que tenho junto deles, não olhei para a minha direita mas, o problema é que eu não tenho, nem me sinto picado por nenhuma abelha, nem nenhum abelhão e, não tenho os nervos à flor da pele. Eu estou calmo e, estou bem com o meu espírito, com a minha consciência e com os meus familiares, com todos vós. Se o senhor Vereador Jorge Camarneiro se sentiu, eu não o ofendi. Meu Deus, não sou abelhão, não sou abelha. Enfim!-----

----- Continuando na minha intervenção, relativamente à Quinta D. Teodora, que foi o Movimento, o primeiro a trazer à coação aqui este problema, em que o senhor Presidente reuniu com o Presidente da Junta de Freguesia e com os moradores, sem, efetivamente, me convidar. Eu disse e, volto a repetir.

----- Minhas senhoras e meus senhores, para quem apregoa um exercício de abertura e colaboração com todos, tal comportamento deixou muito a desejar. Principalmente para quem sempre se mostrou disponível para colaborar na resolução dos problemas dos munícipes residentes nesta urbanização. -----

----- Minhas senhoras e meus senhores, ao senhor Presidente não lhe fica bem dizer uma coisa e fazer outra, nesse sentido, mas mais, quanto a esta parte escrita eu tenho que dizer também o seguinte e, agora vou falar do reparo que fiz há pouco. Apreciada a informação escrita do senhor Presidente, constata-se a descrição e os atos praticados pelos Vereadores: José Veríssimo, Paula Rama e Alexandra Ferreira. Questionamos o senhor Presidente da Câmara Municipal sobre as ações desenvolvidas pelos outros Vereadores, ou as diligências por si tomadas para tomar conhecimento dos trabalhos desenvolvidos por estes. É tão-só o que pretendemos saber. Se fazem ou não fazem é problema de quem manda mas, aqui nós democraticamente e, eu tenho a legitimidade para questionar, porque fui eleito pelo povo deste

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, setembro, 16

Concelho, não estou para ouvir desaforos, nem ser pressionado por mordidelas de abelhas, porque estou imune ao mel e à cera. De maneira que é isso, que eu questiono o senhor presidente para me informar o que é que os outros Vereadores da oposição, quais são as exigências que eles têm, que não estão aqui focados na informação escrita. Tão-só isso!”-----

----- O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “Senhor deputado Oliveira e Sousa, agora um desafio para eu perceber se é uma pessoa digna ou não. A reunião a que o senhor se refere é uma reunião do dia 11 de maio, pelas 16h00, em que o senhor esteve presente.”-----

----- Pediu a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “11 de maio?”-----

----- Retomou a palavra o PCM que disse: “11 de maio às 16h00, onde o senhor esteve presente e, a única em que o senhor Presidente de Junta, eu fui confirmar, porque eu podia estar equivocado, esteve presente com os moradores da Urbanização D. Teodora.”-----

----- Pediu a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “Ora bem, repare, se foi 11 de maio, estamos em setembro, tivemos as atas em junho e em julho e, V. Ex.^a nesta informação escrita, maio aparece aqui? Eu digo sinceramente, com honestidade e pessoalmente, pensei que, não está aqui referido 11 de maio, V. Ex.^a é que tinha na agenda. Pensei que esta reunião tivesse sido posterior a 11 de maio e que não me tivesse convidado. Sinceramente foi isto. Se é assim, como V. Ex.^a diz tem razão mas, também não tem razão porque a sua razão peca por isto, é que quando dá a informação devia ter escrito 11 de maio. Eu pensei que, estamos em setembro, repare, que esta informação do seu trabalho, das suas reuniões, já tivessem tipificadas nas últimas Assembleias na informação escrita. Eu não fui ver a outra informação escrita, não constatei. Apenas fui ver, e disse que diabo, então se foi o movimento independente de cidadania, o primeiro a questionar o senhor Presidente acerca deste problema, porque é que agora posteriormente, que estamos em setembro, aparece aqui a reunião? Se foi a 11 de maio, devia ter retirado daqui ou ter escrito reunião a 11 de maio e, eu já não teria dito o que disse. Percebeu, senhor Presidente? É tão-só isso. Isto é um erro de não escrito aqui ou, lapso escrito de V. Ex.^a, que me induziu em erro. Quanto aos outros factos, responda-me se entender. Muito obrigado.”-----

----- Pediu a palavra o PCM que disse: “Eu, com a devida autorização do Senhor Presidente da Assembleia, porque gosto de perceber se as pessoas são dignas ou não, dei-lhe a oportunidade de fazer um pedido de desculpas, não o fez. Ficou registado para todos os presentes.”-----

----- Quanto à segunda questão que colocou, os Senhores Vereadores sem funções executivas naturalmente, que não têm funções executivas para declarar. Muito obrigado.”-----

----- Usou da palavra o PMAM que disse: “Eu penso que estamos em condições de passar ao ponto 3 (três) da Ordem de Trabalhos, lembrando, a propósito, apesar de tudo, desta questão do ponto 2 (dois), que efetivamente nós temos um último ponto na Ordem de Trabalhos e, algumas das coisas se podem

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, setembro, 16

prender com estas questões da informação do Senhor Presidente da Câmara. Porque, como é sabido, a informação escrita do senhor Presidente da Câmara, é sempre retroativa. Como a informação a partir de 1 de agosto até ao final de outubro, se não me falha a memória, virá a esta Assembleia e, a informação que está aqui, tal e qual a Lei assim recomenda, apesar de, enfim, eu também poder discordar, diz claramente que é entre 1 de maio e 31 de julho de 2016. -----

----- A AM tomou conhecimento. -----

----- **Ponto 3. Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal da Informação semestral do Auditor Externo sobre a situação económica e financeira do Município.** -----

----- A AM tomou conhecimento. -----

----- **Ponto 4. Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal do Relatório Semestral sobre a Execução do Plano de Saneamento Financeiro - 2016.** -----

----- Pediu a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “Com o devido respeito, senhor Presidente. Analisado este ponto, porque o Movimento Independente de Cidadania trabalha. Prepara aquilo que uns gostam de ouvir e outros não gostam e, senhor Presidente da Câmara nada de pessoal. À política, o que é da política e aquilo que é pessoal, eu assumo essas responsabilidades porque, nem gosto de ofensas pessoais, nem gosto de ofender ninguém e, se efetivamente há alguma palavra que surja, é normal como o senhor diz, somos frontais, temos capacidade para pedir desculpas. -----

----- Solicitamos esclarecimentos sobre este ponto. O Movimento Independente de Cidadania Por Amor a esta Terra, que se candidatou tão-só para dar dignidade e esperança às pessoas deste Concelho, solicita esclarecimentos sobre o penúltimo parágrafo da folha 30 deste documento nomeadamente, no que diz respeito a: “...para o 1.º semestre do corrente ano, continuam a demonstrar o cariz irrealista, desajustado e desfasado deste Plano de Saneamento, mostrando-se premente a sua reformulação por outro instrumento com características mais realistas, idóneo, objectivo e passível de execução”. Eu questiono o senhor presidente da Câmara, o que é que V. Ex.ª tem a dizer sobre isto? É isto que o Movimento Independente de Cidadania questiona a V. Ex.ª.”-----

----- O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “Ia pedir ao Auditor Interno que se pronunciasse sobre isto mas, eu acho que a resposta é tão simples que eu próprio vou responder. O Movimento Independente de Cidadania Por Amor a esta Terra, que faz sempre o trabalho de casa, que prepara tudo direitinho, ainda não percebeu que temos em curso e a aguardar Visto do Tribunal do Contas um novo Saneamento Financeiro? Precisamente, porque este, contratualizado no Executivo anterior, em 2009, estava assente em pressupostos absolutamente irrealistas e, portanto, como o Movimento Por Amor a esta Terra, faz sempre o trabalho de casa, não devia ter feito essa pergunta.” -----

----- Usou da palavra o PMAM que disse: “Eu tento que Miguel Torga seja ouvido mas, tenho alguma

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, setembro, 16

dificuldade.” -----

----- A AM tomou conhecimento. -----

----- **Ponto 5. Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal da Aprovação da Ata n.º 85 da Comissão Municipal de Toponímia.** -----

----- A AM tomou conhecimento. -----

----- **Ponto 6. Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal, da alteração do Topónimo de “Rotunda do Rosmaninhal” para “Rotunda Alves Barbosa”.** -----

----- Usou da palavra o PMAM que disse: “Permitam-me uma opinião pessoal mas, também, vale o que vale. Naquilo que é o domínio dos gostos, eu quero aqui, render uma palavra a quem desenhou, a quem construiu a nova rotunda Alves Barbosa. Quero apenas dizer só isto, admitindo que é um gosto pessoal mas, não queria deixar passar em claro esta minha opinião.” -----

----- O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “Para finalizar o seu elogio pessoal, que penso que é corroborado por todas as pessoas, o nome da pessoa que concebeu e desenhou a estátua foi o Arquiteto Gonçalo Cristo; o nome da entidade que executou a estátua foi a Forjarte, uma empresa do nosso Concelho.” -----

Retomou a palavra o PMAM que disse: “Permitam-me, porque verdadeiramente não sabia, dizer isto: de facto as pessoas do meu Concelho são do melhor que há”. -----

----- A AM tomou conhecimento. -----

----- **Ponto 7. Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal da autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal para compromissos plurianuais - listagem de compromissos plurianuais assumidos.** -----

----- A AM tomou conhecimento. -----

----- **Ponto 8. Tomada de conhecimento, sob proposta do Executivo Municipal da autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal para efeitos do disposto no n.º 2 do art.º 16 da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro – Listagem de isenções e/ou reduções de taxas.** -----

----- A AM tomou conhecimento. -----

----- **Ponto 9. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a 3ª Revisão Orçamental – 2016.** -----

----- O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “Esta revisão é perfeitamente explícita, prende-se com as candidaturas do PARU e que só agora podemos fazer estas inscrições orçamentais, porque só agora se encontram abertas as candidaturas e, só agora e, porque temos um orçamento extremamente limitado e contido, só agora é que puderam vir à Assembleia. -----

----- Pediu a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “O Movimento Independente de Cidadania Por Amor a esta Terra, vem por este meio referir que a aprovação do ponto 9, emite

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, setembro, 16

implicitamente a aprovação dos pontos 10 e 11 desta Ordem de Trabalhos, o que, do ponto de vista formal não está correto.

Deste modo, a lógica seria em primeiro a apreciação dos pontos 10 e 11 da Ordem de Trabalhos e a sua consequente votação. Posteriormente, em função dos resultados, seria lógico o pedido formulado no ponto 9. Este é o nosso ponto de vista.” -----

----- Usou da palavra o PMAM que disse “Essa é uma boa questão, porque eu próprio tive dúvidas relativamente à ordem de agendamento dos pontos. De facto, consultei (sabem que às vezes consulto para além da Câmara) e, evidentemente disseram-me que se eu invertesse a ordem, uma vez que não constava em orçamento, não se podia aprovar. Ainda bem que falou nisso, senhor deputado porque eu tinha-me esquecido de referir isso. Não quero crer que, de facto, seja a ordem que coloque as situações em questão mas, portanto essa foi a explicação que eu obtive e a explicação que eu aceitei como boa.” -----

----- Retomou a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “Oh Senhor Presidente sabe, é que quem prevê o mais, prevê o menos. É que votando no ponto 9, não se justifica votar o 10 e o 11. É que eu não encontro racionalidade nesta forma de colocação à votação estes pontos. Se permite já o mais, porque é que eu vou votar o 10 e o 11? É que nem tem possibilidades de formular ou reformular o meu sentido de voto e, nesse sentido, se assim não for, o Movimento Independente de Cidadania, abstêm-se.”-----

----- Retomou a palavra o PMAM que disse: “Independentemente da sua opinião e da posição que tomar, não é isso que está em causa, porque as posições políticas são posições políticas, a questão aqui formal. Porque há aqui uma questão que me explicaram que era substantiva. Aquilo que eu já expliquei e, a outra questão, se reparar, é a 3ª Revisão Orçamental – 2016 e, aquilo que vamos aprovar a seguir ou não, é um compromisso plurianual respeitante às obras em questão e, por isso me terem aconselhado e, eu segui esse conselho de agendar por esta ordem mas, admito todas as posições políticas e todas as interpretações sobre essa questão. Eu só estou a dar justificação porque é que o fiz por essa ordem que me pareceu ajustada mas, relativamente às votações, intervenções ou mesmo à ordem admito que haja outras interpretações porque, como se costuma dizer, se falarmos com dois juristas, temos quatro opiniões: a opinião de um, a opinião do outro e a opinião que um pensa do outro e a outra opinião que o outro pensa que o outro tem”. -----

----- Pediu a palavra o membro Ricardo Brites (CDU) que disse: “Após a análise dos 4 pontos, também me parece que será necessário primeiro votar a revisão orçamental, para depois então, fazer a votação da candidatura ao próprio projeto, que irá ser enquadrada nesta própria revisão.”-----

----- Pediu a palavra o membro Francisco Mano (Coligação Mais por Montemor) que disse: “Apenas, referir, relativamente a este ponto que, a bancada da Coligação não se irá opor a esta revisão orçamental, uma vez que todos e novos investimentos que venham para o nosso Concelho, serão bem-vindos. No

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, setembro, 16

entanto, apenas referir que isto são projetos que não são recentes, peca um pouco por não terem vindo mais cedo, talvez um bocadinho, por aquilo que já tem sido referido aqui, por diversas vezes, pela falta de estratégia e de orientações do atual Executivo camarário.”-----

----- O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “Só para dar nota que eu já tinha notado que o deputado Oliveira e Sousa não falava por ele, falava pelo Movimento, que é uma fonte inspiradora extraterrestre, é um aparte carinhoso.-----

----- Só para dar nota ao Francisco que eu tenho muita pena mesmo, é sempre a mesma coisa, eu tenho que fazer sempre estas intervenções, calha-me sempre a fava. Por acaso ia intervir no próximo ponto. Eu não queria dizer isto. Os nossos Serviços, eu próprio e o Executivo fizemos cerca de 20 propostas de investimento no PARU e só há cerca de um mês, fomos convocados à CCDRC, para estabelecermos as prioridades e, para negociarmos um pacote financeiro que eu ia anunciar nos próximos pontos mas, tenho que o anunciar agora e, que rondará os dois milhões e sessenta mil euros e, portanto dos 20 projetos que nós candidatamos, tivemos que escolher 6 e, são precisamente, parte daqueles que estão aqui. Portanto, mais uma vez, o seu tiro, que pensava que ia atingir o Porta-Aviões, foi para água. Na realidade, não é uma questão de falta de estratégia, é uma questão de coerência e uma questão de oportunidade porque, efetivamente, só agora é que nós podemos vir aqui propor esta revisão e, propor estes projetos mas, eu espero que ainda venhamos aqui propor os outros que temos em carteira.-----

----- Lamentavelmente essa acusação de que este Executivo não tem projetos, não tem estratégia, foi um tiro diretamente para água.”-----

----- Pediu a palavra o membro Francisco Mano (Coligação Mais por Montemor) que disse: apenas dizer ao Senhor Presidente da Câmara que, então, uma vez, por aquilo que pude verificar na documentação que estava em anexo, esperemos então que todos os prazos sejam cumpridos da melhor forma e, que os projetos em si sejam todos abrangidos e vão salvaguardar os interesses dos munícipes.”-----

----- Não havendo mais intervenções e, encontrando-se 28 membros da AM presentes, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por unanimidade, conforme listagem das votações que a seguir se indica: -----

----- Fernando Jorge dos Ramos-----	A Favor-----
----- Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo-----	A Favor-----
----- Maria da Graça Valente dos Reis-----	A Favor-----
----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge-----	A Favor-----
----- Ana Cristina da Silva Jorge-----	A Favor-----
----- Ricardo Manuel Pato de Sousa Brites-----	A Favor-----
----- Camilo Jorge Gomes Coutinho Lourenço-----	A Favor-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, setembro, 16

----- Francisco Barbosa Leal de Sousa Mano----- A Favor-----
 ----- Joaquim António Graça Rainho----- A Favor-----
 ----- Adelaide Maria Simões Medina----- A Favor-----
 ----- Olga Susana Miranda da Silva----- A Favor-----
 ----- Edmea Teresa Reis Silva----- A Favor-----
 ----- Fernando Pereira Nunes Curto----- A Favor-----
 ----- Fernando Manuel Dias Monteiro----- A Favor-----
 ----- Carolina Ferreira Aires----- A Favor-----
 ----- Jorge André da Silva Santana----- A Favor-----
 ----- José de Oliveira de Sousa----- A Favor-----
 ----- Liliana Isabel Batista Duarte----- A Favor-----
 ----- Maria João Batista Sobreiro ----- A Favor-----
 ----- Victor Manuel Pardal Monteiro----- A Favor-----
 ----- Vasco Gonçalo Sousa Martins----- A Favor-----
 ----- Paulo Jorge Pinto Rama----- A Favor-----
 ----- Rui Jorge Félix de Almeida ----- A Favor-----
 ----- João António Góis Girão----- A Favor-----
 ----- Dora Marisa Pessoa Maia----- A Favor-----
 ----- Raul Nunes Leitão----- A Favor-----
 ----- Carlos António Cristino Alves----- A Favor-----
 ----- António Correia Pardal Bispo----- A Favor-----
 ----- A AM tomou conhecimento. -----

----- **Ponto 10. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a autorização prévia à assunção de compromisso plurianual respeitante à aquisição de serviços para elaboração do projeto - Parque Urbano Ribeirinho (Plano de Ação para a Regeneração Urbana – PARU 1) – Fase I e II. -----**

----- O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “Com a sua devida autorização e, até para que percebam que aquilo que eu disse antes vai ser corroborado inteiramente pela senhora Eng.ª Graça Pinto, Chefe de Divisão de Planeamento e Gestão Territorial. Faça o favor de explicar tudo aquilo que eu disse.-----

----- Usou da Palavra a Chefe de Divisão de Planeamento e Gestão Territorial, Eng.ª Graça Pinto que disse: “A Câmara Municipal candidatou-se recentemente e, isto foi em junho do corrente ano, a um aviso de financiamento para a Regeneração Urbana e, para se candidatar a esse financiamento teve que elaborar um plano que se chama um plano de ação para Regeneração Urbana que, no fundo é o chapéu de todos estes projetos. É o que fundamenta e sustenta todos estes projetos que depois iremos apresentar. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, setembro, 16

----- Esse plano, o que é que fez? Definiu uma estratégia de reabilitação/regeneração urbana para Montemor-o-Velho que abrange as duas áreas de reabilitação urbana que foram aprovadas na Assembleia Municipal e, portanto, nessa estratégia, foram elencados uma série de projetos para levar por diante essa tal estratégia de reabilitação urbana. -----

----- O que se fez mais recentemente e, a reunião que o senhor Presidente há pouco explicou, foi negociar com a CCDRDC, que é a autoridade de gestão destes financiamentos a elegibilidade destes projetos e, portanto, não podiam ser financiados todos os projetos anunciados e, portanto, o que se fez foi estabelecer uma ordem de prioridade para estes investimentos. Portanto, Montemor-o-Velho disse: o que é determinante para a Regeneração urbana é este, em segundo lugar é aquele, em terceiro é aquele e, por aí adiante. Negociamos a prioridade e a elegibilidade dos projetos até atingirmos um montante de financiamento que se situa nos dois milhões e sessenta e quatro mil euros, podendo ainda a Câmara Municipal, vir a usufruir de mais 10% deste financiamento, em determinadas circunstâncias que têm a ver com a possibilidade de execução de um determinado montante da obra ainda em 2016. Portanto, Montemor-o-Velho pode vir a usufruir dos dois milhões (números redondos) mais duzentos e tal mil euros que nos poderão sustentar mais um projeto ou aditar a algum projeto que também prevemos neste plano de regeneração urbana.-----

----- É evidente que para se fazer esta revisão orçamental, nós tínhamos que ter a noção do que eram estes projetos, ter exatamente a definição do que eram estes projetos e, o que é que o valor das obras implicava porque, senão, não conseguíamos prever isto em orçamento. Depois para se elaborarem os projetos e, porque não dispomos de recursos internos que sejam suficientes, que possam fazer face a toda esta oportunidade de execução e depois de candidatura a financiamento e, portanto tem que se contratar serviços ao exterior. O que é que se está aqui a propor? Que fique já previsto este ano em orçamento, um investimento que possa fazer face à realização do projeto em data oportuna e, o que se está aqui a propor para a Regeneração Urbana, é que este ano ainda se consiga iniciar o projeto para a prioridade II e para a prioridade III de investimento, já que a prioridade I, o projeto está realizado, que é o tal projeto que, em princípio iremos ainda executar obra este ano.-----

----- É esse compromisso plurianual que em aqui à Câmara Municipal, é a prioridade II e III de investimento do Plano de Ação de Regeneração Urbana, que precisamos de executar o projeto ainda este ano. Prevemos que, para o Parque Ribeirinho, possamos fazer ainda o programa base este ano, correspondente a 10% do valor do projeto e, para o outro projeto que se chama Rede Polinucleada de Dinamização e Ativação do Centro Histórico, nós possamos fazer o programa base e a fase seguinte do projeto e, portanto, mais 20% do valor do projeto.-----

----- É isto que trazemos aqui à Assembleia, porque de contrário não conseguimos agilizar

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, setembro, 16

oportunamente os projetos para depois os submetermos a candidatura e a financiamento.-----

----- Optámos por iniciar já dois este ano e, depois logo a seguir temos que iniciar os outros porque o aviso vai fechar em maio de 2017 e, portanto, se os procedimentos não forem agilizados rapidamente, não vamos conseguir submeter a candidatura atempadamente.”-----

----- Usou da palavra o PCM que disse: “Apelava à sensibilidade dos senhores deputados porque isto é um projeto integralmente novo. É evidente que aquilo que vamos executar da capela de Santo António, nós aproveitamos parte do projeto do Arq. Siza Vieira, até, também, para se complementar com outra candidatura que temos mas, todos os demais projetos são integralmente novos como são as duas áreas de reabilitação urbana. São exclusivamente trabalhadas neste Executivo ou durante este mandato.”-----

----- Pediu a palavra o membro Jorge Santana (PS) que disse: “Sobre estes pontos em apreço, não tenho muito a adiantar, penso que está tudo bem explicado, julgo não existir muitas dúvidas. Gostaria, no entanto, de destacar a importância que o Projeto da ARU poderá ter no desenvolvimento do nosso Município, numa outra medida ou seja, este Executivo ao ter desenvolvido o projeto da ARU, não só permitiu acesso a financiamento e desenvolvimento de projetos públicos e camarários, conforme hoje vemos na ordem de trabalhos mas, permitiu também e, é este ponto que eu pretendia destacar, que os particulares ou seja, proprietários ou interessados em imóveis que integrem a zona da ARU, tenham acesso a financiamento bancário em condições bastante vantajosas. Desde o dia 22 de agosto que é possível, ao abrigo das linhas de crédito para reabilitação de imóveis que integrem a ARU ou as ARU’s dos diversos Municípios do país, cuja finalidade seja habitação própria permanente, secundária ou para arrendamento pode ter financiamentos até 100% do valor de aquisição e obras com prazos dilatados até 40 anos, com *spreads* preferenciais, com redução das comissões de avaliação e com isenções de comissões bancárias ou seja, este projeto que foi uma aposta pessoal do senhor Presidente da Câmara e que foi aposta deste Executivo, poderá ter um impacto bastante positivo na vida dos cidadãos de Montemor-o-Velho, assim como na revitalização da Vila. Agradecemos as políticas focadas nos cidadãos e, as políticas com visão de futuro.”-----

----- Pediu a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “Na verdade, o Movimento Independente de Cidadania por Amor a esta Terra, congratula-se com estes investimentos. O problema é que todos os investimentos e, os grandes investimentos são, tão só, na sede do Concelho. E as outras freguesias? Ficam para trás? Ponto um.-----

----- Outro ponto: está aqui a pedir também autorização para se recorrer a engenheiros externos para fazer estes projetos. Esta Câmara, este Município, pelo que eu vejo, está cheia de engenheiros e engenheiras, técnicos. Que eu saiba também, penso que, não posso memorizar estas situações, que esta extensão destes investimentos foi aprovado já o ano passado, não sei se abril, janeiro, não sei, até houve

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, setembro, 16

aqui uma troca de palavras entre o anterior presidente com o senhor presidente atual, com o aumento de área de requalificação. Eu pergunto, o que é que os nossos engenheiros, que está bem apetrechada a Autarquia, fazem, ou se, eles têm competência ou não para fazer este tipo de projetos e, andarem a socorrer-se dos serviços externos? É essa a questão que eu deixo para que esclareça o Movimento Independente de Cidadania deste facto.” -----

----- O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “Eu, por acaso tenho algum constrangimento é que se nota que tem de contratar novos serviços de comunicação entre o seu inspirador, inspirador do Movimento, porque se nota uma diferença muito grande entre aquilo que vem escrito e aquilo que o senhor deputado Oliveira e Sousa aqui improvisa. Porque, efetivamente, não é aceitável que diga essas coisas. Há aqui uma coisa muito simples. São projetos de elevado grau de especialidade, os nossos técnicos que temos na dependência da Eng.ª Graça (arquitetos, engenheiros), estão ativamente empenhados neste projeto mas, não fazem projetos de especialidades, não fazem projetos com elevado grau de especialidade em tão pouco tempo. Isto exige equipas multidisciplinares, com paisagistas, com técnicos altamente especializados e, isto é perfeitamente intuível a olhar para aquilo que está aqui em causa. Portanto, senhor deputado Oliveira e Sousa, por muito que queira improvisar, às vezes é preciso perceber que nem sempre o improvisado é bem-sucedido. Falta-lhe o inspirador.” -----

----- Pediu a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “Eu ouvi com atenção a resposta do senhor Presidente da Câmara e dir-lhe-ia também, eu de advocacia sei, que é a nossa competência, os engenheiros sabem da sua competência, não é? Uns tens mais, outros têm menos e, logicamente que olho e falo com um engenheiro civil, penso que a especialidade dele é civil e sabe, penso eu, porque aí sou leigo, toda a matéria de construção civil, sabe elaborar um projeto, sabe das dificuldades, porque de outro modo eu não contratá-lo-ia para, efetivamente, assumir responsabilidades. Se essas são grandes especialidades, meu Deus! Já decidimos e deliberámos isto há mais de um ano este problema mas, se é assim, para podermos beneficiar destes investimentos, se se torna necessário, a minha questão não é de inspiração, V. Ex.ª é que é um homem sempre inspirado. Inspira, aspira e, faz tudo aquilo que eu imaginava que o senhor não fizesse mas, faz. Certo? Eu não! Eu não estou inspirado porque não sei de construção civil, nem de um tijolo, nem de martelos. V. Ex.ª sabe mais de martelos, do que eu. De maneira que, nesse sentido, quando faço essa questão, quando pergunto se a nossa estrutura técnica tem capacidade ou não, é uma pergunta normal, não preciso de inspiração. Se isso é necessário e não temos, senhor Presidente, correto, tão-só. Não preciso de inspiração como V. Ex.ª.” -----

----- Não havendo mais intervenções e, encontrando-se 26 membros da AM presentes, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por unanimidade, conforme listagem das votações que a seguir se indica: -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, setembro, 16

----- Fernando Jorge dos Ramos ----- A Favor-----

----- Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo----- A Favor-----

----- Maria da Graça Valente dos Reis----- A Favor-----

----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge----- A Favor-----

----- Ana Cristina da Silva Jorge ----- A Favor-----

----- Ricardo Manuel Pato de Sousa Brites ----- A Favor-----

----- Camilo Jorge Gomes Coutinho Lourenço----- A Favor-----

----- Francisco Barbosa Leal de Sousa Mano----- A Favor-----

----- Joaquim António Graça Rainho----- A Favor-----

----- Adelaide Maria Simões Medina ----- A Favor-----

----- Olga Susana Miranda da Silva----- A Favor-----

----- Edmea Teresa Reis Silva ----- A Favor-----

----- Fernando Pereira Nunes Curto ----- A Favor-----

----- Fernando Manuel Dias Monteiro----- A Favor-----

----- Carolina Ferreira Aires ----- A Favor-----

----- Jorge André da Silva Santana----- A Favor-----

----- José de Oliveira de Sousa ----- A Favor-----

----- Maria João Batista Sobreiro ----- A Favor-----

----- Victor Manuel Pardal Monteiro ----- A Favor-----

----- Vasco Gonçalo Sousa Martins----- A Favor-----

----- Joaquim Neves Martinho----- A Favor-----

----- Rui Jorge Félix de Almeida ----- A Favor-----

----- João António Góis Girão----- A Favor-----

----- Dora Marisa Pessoa Maia ----- A Favor-----

----- Raul Nunes Leitão ----- A Favor-----

----- Carlos António Cristino Alves----- A Favor-----

----- A AM tomou conhecimento. -----

----- **Ponto 11. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a autorização prévia à assunção de compromisso plurianual respeitante à aquisição de serviços para elaboração do projeto - Rede Polinucleada de Dinamização e Ativação do Centro Histórico (Plano de Ação para a Regeneração Urbana – PARU 5).**-----

----- Não havendo intervenções e, encontrando-se 26 membros da AM presentes, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por unanimidade, conforme listagem das votações que a seguir

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, setembro, 16

se indica: -----

----- Fernando Jorge dos Ramos ----- A Favor-----
 ----- Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo----- A Favor-----
 ----- Maria da Graça Valente dos Reis----- A Favor-----
 ----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge----- A Favor-----
 ----- Ana Cristina da Silva Jorge ----- A Favor-----
 ----- Ricardo Manuel Pato de Sousa Brites ----- A Favor-----
 ----- Camilo Jorge Gomes Coutinho Lourenço----- A Favor-----
 ----- Francisco Barbosa Leal de Sousa Mano----- A Favor-----
 ----- Joaquim António Graça Rainho----- A Favor-----
 ----- Adelaide Maria Simões Medina ----- A Favor-----
 ----- Olga Susana Miranda da Silva----- A Favor-----
 ----- Edmea Teresa Reis Silva ----- A Favor-----
 ----- Fernando Pereira Nunes Curto ----- A Favor-----
 ----- Fernando Manuel Dias Monteiro----- A Favor-----
 ----- Carolina Ferreira Aires ----- A Favor-----
 ----- Jorge André da Silva Santana----- A Favor-----
 ----- José de Oliveira de Sousa ----- A Favor-----
 ----- Maria João Batista Sobreiro ----- A Favor-----
 ----- Victor Manuel Pardal Monteiro ----- A Favor-----
 ----- Vasco Gonçalo Sousa Martins----- A Favor-----
 ----- Joaquim Neves Martinho----- A Favor-----
 ----- Rui Jorge Félix de Almeida ----- A Favor-----
 ----- João António Góis Girão----- A Favor-----
 ----- Dora Marisa Pessoa Maia ----- A Favor-----
 ----- Raul Nunes Leitão ----- A Favor-----
 ----- Carlos António Cristino Alves----- A Favor-----
 ----- A AM tomou conhecimento. -----

----- **Ponto 12. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a autorização prévia à assunção de compromisso plurianual - Reabilitação Urbana em ARU - Construção (Capela de Santo António).**-----

----- Não havendo intervenções e, encontrando-se 26 membros da AM presentes, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por unanimidade, conforme listagem das votações que a seguir se indica: -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, setembro, 16

----- Fernando Jorge dos Ramos ----- A Favor-----

----- Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo----- A Favor-----

----- Maria da Graça Valente dos Reis----- A Favor-----

----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge----- A Favor-----

----- Ana Cristina da Silva Jorge ----- A Favor-----

----- Ricardo Manuel Pato de Sousa Brites ----- A Favor-----

----- Camilo Jorge Gomes Coutinho Lourenço----- A Favor-----

----- Francisco Barbosa Leal de Sousa Mano----- A Favor-----

----- Joaquim António Graça Rainho ----- A Favor-----

----- Adelaide Maria Simões Medina ----- A Favor-----

----- Olga Susana Miranda da Silva----- A Favor-----

----- Edmea Teresa Reis Silva ----- A Favor-----

----- Fernando Pereira Nunes Curto ----- A Favor-----

----- Fernando Manuel Dias Monteiro----- A Favor-----

----- Carolina Ferreira Aires ----- A Favor-----

----- Jorge André da Silva Santana----- A Favor-----

----- José de Oliveira de Sousa ----- A Favor-----

----- Maria João Batista Sobreiro ----- A Favor-----

----- Victor Manuel Pardal Monteiro ----- A Favor-----

----- Vasco Gonçalo Sousa Martins----- A Favor-----

----- Joaquim Neves Martinho----- A Favor-----

----- Rui Jorge Félix de Almeida ----- A Favor-----

----- João António Góis Girão----- A Favor-----

----- Dora Marisa Pessoa Maia ----- A Favor-----

----- Raul Nunes Leitão ----- A Favor-----

----- Carlos António Cristino Alves----- A Favor-----

----- A AM tomou conhecimento. -----

----- **Ponto 13. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a autorização de abertura de Procedimento Concursal para Constituição de Relação Jurídica de Emprego Público a Termo Resolutivo Incerto, para o Posto de Trabalho de Assistente Operacional – cinco lugares de Assistente Operacional (Sapador Florestal).**-----

----- O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “Com a alteração da Chefia de Divisão e, digamos que, por um rigor que eu felicito e agradeço, a nossa Jurista e Chefe de Divisão em regime de substituição,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, setembro, 16

detetou que estes contratos dos sapadores tinham um erro na alínea. Para os Juristas é perfeitamente intuível e perceptível aquilo que eu vou explicar.-----

----- Em termos de contrato a termo, tem que haver uma fundamentação e, é fundamentado com uma alínea. Infelizmente foi escolhida uma alínea errada para fundamentar este contrato e, portanto tão simples como isso. Detetamos esta anomalia, na minha ótica a renovação era nula e, por isso mesmo eu não pratico atos nulos e, se eventualmente existirem, é com o meu desconhecimento e, por isso mesmo dei indicações para não se renovar o dito contrato com os sapadores florestais. Para se assegurar o serviço, porque eles são imprescindíveis e para se iniciar novo processo concursal.” -----

----- Pediu a palavra a deputada Maria João Sobreiro (Coligação Mais por Montemor) que disse: “Antes de mais devo dizer que esta bancada vai aprovar este ponto, sem sombra de dúvida, porque todas as relações de emprego que se possam abrir, para nós têm toda a importância. -----

----- Só que tenho uma questão que não sei se o Sr. Presidente ou a Dr.ª Andreia me poderão esclarecer. Tem a ver com a informação do Eng.º Hélder e, eu confesso que como não é a minha área tenho algumas dúvidas, tem a ver com o facto de existir o protocolo mas, o contrato terminou a 13 de agosto e para manter o protocolo é necessário que haja esta contratação, sob pena de suspensão da candidatura, a qual vigora entre 2016 e 2018. É só esta questão que não entendo.” -----

----- Pediu a palavra o deputado Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “O Movimento Independente de Cidadania, vota favoravelmente este ponto, no entanto requer que anualmente seja apresentado aos membros da Assembleia Municipal um relatório do trabalho desenvolvido por esta equipa de sapadores florestais.” -----

----- Pediu a palavra o deputado Camilo Lourenço (PS) que disse: “Relativamente ao ponto que discutimos neste momento, efetivamente o Sr. Presidente da Câmara já explicou o sucedido, parece-nos também que do ponto de vista jurídico não há aqui muito mais a acrescentar ao que já foi dito, é a normalidade. A atuação, do nosso ponto de vista, foi efetivamente a correta e devida e, portanto o que é mais importante é que os serviços e a prestação dos serviços que aqui consubstancia o interesse público, continua a estar assegurada. Isso é o mais importante. -----

----- E no que toca ao procedimento está efetivamente a ser efetuado e formalizado, portanto, é uma medida de boa gestão do Executivo, pelo que esta bancada votará favoravelmente.” -----

----- Usou da Palavra o PCM que disse: “Só dar um esclarecimento, não é preciso a intervenção da Dr.ª Andreia, eu já dei a explicação na minha introdução mas, concretizo mais em detalhe. Não se renovou o contrato e, aquilo que é a preocupação do Eng.º Hélder é que haja continuidade do serviço, porque este serviço para além de ser imprescindível na autarquia é também financiado externamente. Por isso, não se renovou e assegurou-se por ajuste direto a continuação do serviço de sapadores florestais. Temos que ter

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, setembro, 16

sapadores florestais para podermos receber a quantia que recebemos em protocolo. Dou ainda uma informação complementar: aproveitamos esta situação para alterarmos, por sugestão da Dr.ª Andreia, para uma tipologia de contrato que a Dr.ª Maria João Sobreiro saberá e valorizará também a nossa posição, para um contrato por tempo indeterminado, ou seja este contrato permanecerá válido enquanto houver um motivo que o fundamente, neste caso o protocolo. Enquanto houver protocolo teremos contrato por tempo indeterminado. -----

----- E isto só agora é possível, porque quando eu cheguei à Câmara este procedimento estava em curso, e portanto era um procedimento que vinha do executivo anterior, a opção na altura foi aquela, e por isso mesmo eu não interfeiri nesse procedimento, nem podia interfeiri, sob pena de pôr em risco a prestação do serviço de sapadores e inclusivamente poder colocar em risco o tal financiamento, porque este serviço é financiado.-----

----- Por sugestão também, da Dr.ª Andreia, e bem, nós estamos a preparar uma nova tipologia de contratação destes sapadores florestais, e ao mesmo tempo, para concluir, estamos a garantir o mesmo serviço com sapadores florestais para que não tenhamos problemas com o financiamento”.-----

----- Não havendo mais intervenções e, encontrando-se 26 membros da AM presentes, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por unanimidade, conforme listagem das votações que a seguir se indica:-----

----- Fernando Jorge dos Ramos -----	A Favor-----
----- Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo-----	A Favor-----
----- Maria da Graça Valente dos Reis-----	A Favor-----
----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge-----	A Favor-----
----- Ana Cristina da Silva Jorge -----	A Favor-----
----- Ricardo Manuel Pato de Sousa Brites -----	A Favor-----
----- Camilo Jorge Gomes Coutinho Lourenço-----	A Favor-----
----- Francisco Barbosa Leal de Sousa Mano-----	A Favor-----
----- Joaquim António Graça Rainho-----	A Favor-----
----- Adelaide Maria Simões Medina -----	A Favor-----
----- Olga Susana Miranda da Silva-----	A Favor-----
----- Edmea Teresa Reis Silva -----	A Favor-----
----- Fernando Pereira Nunes Curto -----	A Favor-----
----- Fernando Manuel Dias Monteiro-----	A Favor-----
----- Carolina Ferreira Aires -----	A Favor-----
----- Jorge André da Silva Santana-----	A Favor-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, setembro, 16

----- José de Oliveira de Sousa ----- A Favor-----

----- Liliana Isabel Batista Duarte----- A Favor-----

----- Maria João Batista Sobreiro ----- A Favor-----

----- Victor Manuel Pardal Monteiro ----- A Favor-----

----- Vasco Gonçalves Sousa Martins----- A Favor-----

----- Rui Jorge Félix de Almeida ----- A Favor-----

----- João António Góis Girão----- A Favor-----

----- Dora Marisa Pessoa Maia ----- A Favor-----

----- Raul Nunes Leitão ----- A Favor-----

----- Carlos António Cristino Alves----- A Favor-----

----- A AM tomou conhecimento. -----

----- **Ponto 14. Transportes Escolares – Ano letivo 2016/2017:** -----

----- **a. Revogação da deliberação tomada na sessão da Assembleia Municipal de 30 de junho de 2016;**

----- **b. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a assunção do compromisso plurianual -
Transportes Escolares – ano letivo 2016/2017.** -----

----- Usou da palavra o PMAM que disse: “Sr. Presidente tem a palavra sobretudo para nos explicar porque é que este assunto volta à nossa Assembleia Municipal.” -----

----- Usou da palavra o Presidente da Câmara que disse: “Vou explicar de uma forma muito sucinta, se quiserem mais em detalhe a Dr.ª Andreia, explicará. Esta situação e a anterior, eu há pouco aproveitei para elogiar o serviço da Dr.ª Andreia, porque efetivamente, ela em férias detetou estes erros, mesmo em férias ela continua a supervisionar o serviço. E, há aqui também um erro que foi detetado não por ela, mas sim em consequência de uma reclamação de um concorrente e, que, naturalmente motivou por parte da Dr.ª Andreia, ainda em férias como no anterior, que esta situação fosse trazida de novo a Assembleia, fosse revogada a deliberação. E porque é que isto aconteceu? É muito simples! Nós estamos a desmaterializar, como é sabido na Câmara, não estamos a trabalhar em papel, estamos a trabalhar em suporte digital, o que torna e, apelo à compreensão dos Srs. Deputados, muito mais difícil a verificação de todas as situações e, já de agora, é muito suscetível a ocorrência deste tipo de erros, que eu vou aqui passar a explicar. -----

----- Na elaboração do Caderno de Encargos pelos serviços, foi copiado de outro concurso, naturalmente, porque é assim que eles trabalham e que toda a gente trabalha, e nós juristas trabalhamos, nós não escrevemos tudo, todas as vezes que fazemos um Caderno de Encargos. E foi copiado a mais. Incluiu-se uma alínea, ou seja, em vez de ter parado o *past and copy* numa determinada situação, incluiu-se uma alínea que não devia ter sido incluída, que era a negociação.” -----

----- Usou da palavra a Dr.ª Andreia Lopes que disse: “O que aconteceu, efetivamente, foi que

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, setembro, 16

verificamos que o programa de concurso que estava a decorrer e que estava na plataforma no âmbito deste procedimento, continha uma cláusula que permitia que no âmbito deste procedimento houvesse uma fase, a que chamamos de negociação, ou seja, que os concorrentes pudessem vir ao procedimento novamente apresentar uma nova proposta. Isso tinha todo o interesse, efetivamente, porque na maioria das situações o que acontece é que o preço baixa um bocadinho. Juridicamente, e no âmbito deste procedimento isto não era possível, ou seja, quando muito podíamos ter feito, um leilão eletrónico e não um procedimento de negociação, ou seja, podíamos ter introduzido naquele programa de concurso um procedimento de leilão eletrónico, que é uma coisa parecida mas não é igual, se quiserem depois posso explicar em pormenor, mas nunca seria possível o procedimento ou a fase de negociação no âmbito deste procedimento. Verificado isto, tivemos aqui alguma ponderação no sentido, até porque a Lei nos ~~impõe~~ isso ~~impõe~~ isso e, há vários juristas aqui na sala, que é o aproveitamento dos atos já praticados. E portanto, nós ainda ponderamos a situação, até porque estava em causa um serviço público essencial, que é a questão dos transportes, e ponderamos essa possibilidade. -----

----- Do ponto de vista jurídico isso até seria eventualmente possível com a repetição dos atos que teriam de ser novamente praticados, ou seja, teríamos que revogar tudo aquilo que estava até à fase da negociação e fazíamos um leilão eletrónico novamente e, conseguiríamos aproveitar alguma fase do procedimento. Só que como o Sr. Presidente introduziu logo no início, nós estamos a trabalhar com plataformas e as plataformas nem sempre nos permitem fazer aquilo que a Lei nos permite e nos obriga, ou seja, temos aqui uma incompatibilidade técnica que está descrita nas informações jurídicas inclusive, e que nos leva claramente à anulação do procedimento. Porque não sendo possível colocar na plataforma e não sendo possível repetir esta questão do leilão eletrónico e sanar esta questão, o princípio da transparência, que é o princípio fundamental e subjacente à contratação pública fica aqui desprovido de qualquer fundamento. Falei com o Sr. Presidente, ponderamos a situação e ainda que seja um serviço imprescindível e que tenha que ser assegurado e, está neste momento, a ser assegurado, entendemos que a melhor forma de resolver esta situação seria anular o procedimento e iniciar um novo procedimento que nesta data também já está iniciado e pensamos concluí-lo até ao final de setembro e no dia 1 estará tudo regularizado. Os valores são diferentes e, daí vir à Assembleia Municipal. Para salvaguardar este período que decorre e que os transportes escolares iniciaram ontem tivemos de fazer requisições com entidades nesse sentido para salvaguardar esta situação e, obviamente que o valor que está aqui em causa em termos de concurso é diferente daquele que a Assembleia tinha aprovado. -----

----- Tecnicamente e também com o apoio do Dr. Cristiano, isto é uma matéria também financeira, troquei opinião com ele e entendemos que seria mais seguro e, seria mais correto e teria melhor enquadramento se a Assembleia se pronunciasse novamente sobre a assunção do compromisso plurianual

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, setembro, 16

que vai ser assumido no âmbito deste procedimento. O que está aqui em causa e nós estamos a fazer a explicação para a revogação e para perceberem efetivamente porque é que estamos a propor a revogação daquele que tinha sido deliberado e, em simultâneo, propor que a Assembleia autorize novamente a assunção do compromisso plurianual para o procedimento novo que está neste momento a decorrer.” -----

----- Pediu a palavra o deputado Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “Só pretendia saber a data em que este procedimento foi iniciado pela Câmara. Que me respondesse qual foi a data em que se iniciou este procedimento.” -----

----- Usou da palavra a Dr^a Andreia Lopes que disse: “ Está a referir-se ao procedimento inicial? É a 22 de junho de 2016.” -----

----- Usou da palavra o deputado Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “ Nesse sentido está correto porque o calendário escolar foi aprovado no dia 16 e foi promulgado em Diário da República no dia 16 de junho, portanto nesse sentido, enfim, pensei que, na verdade, tivessem existido outros problemas. Muito obrigado.” -----

----- Pediu a palavra a deputada Ana Cristina Jorge (Coligação Mais Por Montemor) que disse: “Muito obrigada, Sr. Presidente. Nós agradecemos as explicações, percebemos que houve uma reclamação e ficamos elucidados. De qualquer das formas é também de salientar a documentação que nos enviam não nos dá essa explicação que agora a Dr.^a Andreia nos veio esclarecer. -----

----- Ficamos um bocadinho sem perceber porque percebemos que tudo está muito bem, que vai abrir um novo procedimento mas, realmente o histórico desta situação nós não a estávamos a entender.” -----

----- Pediu a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “Só mais uma questão. Desde setembro até os serviços camarários terem este procedimento aprovado, o que é que acontece aos transportes das crianças até lá? Como é que está assegurado?” -----

----- Usou da palavra o PMAM que disse: “Há dias assim. Eu já darei a palavra ao Senhor Presidente, mas o Senhor deputado Camilo Lourenço pediu a palavra também.” -----

----- Usou da palavra o membro Camilo Lourenço (PS) que disse: “Os esclarecimentos que foram prestados parecem-nos uma vez mais cabais, conseguimos perceber que o que mais importa que é a continuidade da prestação dos serviços, está assegurada, é nisso que se consubstancia aqui o interesse público concreto, portanto, apraz-nos registar isso mesmo. Em segundo lugar, apraz-nos também registar que do nosso ponto de vista o procedimento jurídico que está a ser seguido é o correto, não se estão aqui a utilizar eventuais meias soluções, ou soluções menos adequadas, faz-se o que se tem de fazer, que é anular um procedimento, por mais que isso possa custar e simultaneamente e bem, mantém-se a prestação dos serviços. Como tal, parece-nos também que é uma medida de boa gestão executiva e nessa medida, passo a redundância, esta bancada votará favoravelmente.” -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, setembro, 16

----- Usou da palavra o PCM que disse: “A Dr.^a Andreia estava aqui a chamar-me a atenção e ela tem razão, Senhor Presidente da Assembleia, a documentação não vai toda porque aquilo que está aqui em causa é a assunção do compromisso. Naturalmente, não é porque nós queiramos ocultar a informação, só mandamos a informação que tem a ver com aquilo que está sujeita à deliberação. -----

----- Quanto à questão do Senhor deputado Oliveira e Sousa, ele hoje anda efetivamente distraído, a Dr.^a Andreia disse expressamente, todos os transportes foram assegurados com ajuste direto às empresas fornecedoras de serviços. Tão-só, foi dito expressamente, inequivocamente, com clareza e objetividade.” ---

----- Pediu a palavra o membro Ricardo Brites (CDU) que disse: “Não estava para intervir neste ponto, mas parece-me que esta afirmação do Sr. Presidente não faz qualquer sentido. Quer dizer, houve aqui um erro, um lapso nos serviços que, pelos vistos tem um preço. Fez-se agora um ajuste, ou vai-se fazer. Há uma diferença de preço. Agora, o que está na origem deste cancelamento onde foi proferido um despacho do Senhor Presidente a anular o que estava anteriormente contratualizado, ou seja, nós temos de saber e acho que não havia mal nenhum ao mundo se a razão por que está agora a fazer uma nova assunção de compromissos, se viesse aqui explícito. Eu não vejo qual é o problema. Aliás fazia todo o sentido que essa informação já viesse aqui na cópia da ata da reunião do Executivo, em que toda a gente ficaria informada sobre o que verdadeiramente se passou.” -----

----- O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “Senhor deputado Ricardo Brites, se não fosse para esclarecer as situações não valia a pena eu estar aqui para vos ajudar nas deliberações. Agora é assim, aquilo que por mais se tente aqui, a informação que dispõem é o que tem de vir à reunião e temos que respeitar os serviços. Eu estou disponível para esclarecer tudo o que vocês pretenderem e é por isso que aqui estou, senão também não fazia sentido eu estar aqui e os serviços.” -----

----- Usou da palavra o PMAM que disse: “Julgo que a Assembleia, neste momento, tem os esclarecimentos necessários para votar este ponto. Pelo silêncio julgo que não são necessárias explicações adicionais. Nesse sentido, passamos à votação da alínea a) do Ponto 14” -----

----- Não havendo mais intervenções e, encontrando-se 25 membros da AM presentes, realizou-se a votação da alínea a) do ponto 14 - Revogação da deliberação tomada na sessão da Assembleia Municipal de 30 de junho de 2016, que foi aprovada por maioria, conforme listagem das votações que a seguir se indica:

----- Fernando Jorge dos Ramos ----- A Favor-----

----- Lúcia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo----- A Favor-----

----- Maria da Graça Valente dos Reis----- A Favor-----

----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge----- A Favor-----

----- Ana Cristina da Silva Jorge ----- A Favor-----

----- Ricardo Manuel Pato de Sousa Brites ----- A Favor-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, setembro, 16

----- Camilo Jorge Gomes Coutinho Lourenço-----	A Favor-----
----- Francisco Barbosa Leal de Sousa Mano-----	A Favor-----
----- Joaquim António Graça Rainho-----	A Favor-----
----- Adelaide Maria Simões Medina -----	A Favor-----
----- Olga Susana Miranda da Silva-----	A Favor-----
----- Edmea Teresa Reis Silva -----	A Favor-----
----- Fernando Pereira Nunes Curto -----	A Favor-----
----- Carolina Ferreira Aires -----	A Favor-----
----- Jorge André da Silva Santana-----	A Favor-----
----- José de Oliveira de Sousa -----	Abstenção-----
----- Liliana Isabel Batista Duarte-----	A Favor-----
----- Maria João Batista Sobreiro -----	A Favor-----
----- Victor Manuel Pardal Monteiro -----	A Favor-----
----- Vasco Gonçalo Sousa Martins-----	A Favor-----
----- Rui Jorge Félix de Almeida -----	A Favor-----
----- João António Góis Girão-----	A Favor-----
----- Dora Marisa Pessoa Maia -----	A Favor-----
----- Raul Nunes Leitão-----	A Favor-----
----- Carlos António Cristino Alves-----	A Favor-----
----- De seguida passou-se à votação da alínea b) do ponto 14. - Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a assunção do compromisso plurianual - Transportes Escolares – ano letivo 2016/2017, que que foi aprovada por maioria, conforme listagem das votações que a seguir se indica:-----	
----- Fernando Jorge dos Ramos -----	A Favor-----
----- Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo-----	A Favor-----
----- Maria da Graça Valente dos Reis-----	A Favor-----
----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge-----	A Favor-----
----- Ana Cristina da Silva Jorge -----	A Favor-----
----- Ricardo Manuel Pato de Sousa Brites -----	A Favor-----
----- Camilo Jorge Gomes Coutinho Lourenço-----	A Favor-----
----- Francisco Barbosa Leal de Sousa Mano-----	A Favor-----
----- Joaquim António Graça Rainho-----	A Favor-----
----- Adelaide Maria Simões Medina -----	A Favor-----
----- Olga Susana Miranda da Silva-----	A Favor-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, setembro, 16

----- Edmea Teresa Reis Silva ----- A Favor-----
 ----- Fernando Pereira Nunes Curto ----- A Favor-----
 ----- Carolina Ferreira Aires ----- A Favor-----
 ----- Jorge André da Silva Santana----- A Favor-----
 ----- José de Oliveira de Sousa ----- Abstencção-----
 ----- Liliana Isabel Batista Duarte----- A Favor-----
 ----- Maria João Batista Sobreiro ----- A Favor-----
 ----- Victor Manuel Pardal Monteiro ----- A Favor-----
 ----- Vasco Gonçalo Sousa Martins----- A Favor-----
 ----- Rui Jorge Félix de Almeida ----- A Favor-----
 ----- João António Góis Girão----- A Favor-----
 ----- Dora Marisa Pessoa Maia ----- A Favor-----
 ----- Raul Nunes Leitão ----- A Favor-----
 ----- Carlos António Cristino Alves----- A Favor-----
 ----- A AM tomou conhecimento. -----

----- **Ponto 15. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a minuta de contrato interadministrativo de Delegação de Competência na CIM-RC – Regime Jurídico do Serviço Público de Transporte de Passageiros.** -----

----- O PMAM deu a palavra o PCM que disse: “Penso que a explicação está contida na informação. Vou ser muito sucinto. Com as recentes alterações legislativas foram atribuídas novas competências ao Município, competências essas que para serem exercidas implicam de imediato a existência no Município de recursos humanos qualificados e com qualificações especiais que nós não temos e, por isso mesmo, cumprindo o que está previsto na mesma legislação, nós podemos delegar na CIM-RC estas competências e aquilo que aqui se propõe aliás, foi algo que eu próprio, atento a estas alterações, fiz intervenção na CIM no sentido da CIM estar recetiva à receção do exercício destas competências, porquanto, não é perder o controlo, porque as deliberações da CIM são tomadas pelos presidentes de câmara e, nessa medida, nós continuamos a exercer o controlo das decisões nesta matéria. É verdade que também a CIM tem competências no âmbito dessas alterações legislativas que implicariam a contratação destes técnicos e portanto por uma questão de otimização dos recursos, foi aquilo que eu disse na altura na intervenção que fiz na CIM, a CIM deveria estar apta para receber também estas delegações de competências e é isto que aqui se propõe para que efetivamente nós possamos interferir com os técnicos especializados nestas tomadas de decisão que nos interessam relativamente aos transportes, ao serviço público de transportes de passageiros.” -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, setembro, 16

----- Pediu a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “O Movimento Independente de Cidadania Por Amor a Esta Terra vai abster-se neste ponto porque era um documento tão volumoso e de atenção e leitura técnica, que não houve tempo para permitir a nossa posição e formação de voto. Agradecíamos que neste tipo de documentos fossem chegando com mais tempo de antecedência para podermos cabalmente estudar e votar convenientemente.” -----

----- Não havendo mais intervenções e, encontrando-se 25 membros da AM presentes, realizou-se a votação da proposta apresentada, que foi aprovada por maioria, conforme listagem das votações que a seguir se indica: -----

----- Fernando Jorge dos Ramos -----	A Favor-----
----- Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo-----	A Favor-----
----- Maria da Graça Valente dos Reis-----	A Favor-----
----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge-----	A Favor-----
----- Ana Cristina da Silva Jorge -----	A Favor-----
----- Ricardo Manuel Pato de Sousa Brites -----	A Favor-----
----- Camilo Jorge Gomes Coutinho Lourenço-----	A Favor-----
----- Francisco Barbosa Leal de Sousa Mano-----	A Favor-----
----- Joaquim António Graça Rainho-----	A Favor-----
----- Adelaide Maria Simões Medina -----	A Favor-----
----- Olga Susana Miranda da Silva-----	A Favor-----
----- Edmea Teresa Reis Silva -----	A Favor-----
----- Fernando Pereira Nunes Curto -----	A Favor-----
----- Carolina Ferreira Aires -----	A Favor-----
----- Jorge André da Silva Santana-----	A Favor-----
----- José de Oliveira de Sousa -----	Abstenção-----
----- Liliana Isabel Batista Duarte-----	A Favor-----
----- Maria João Batista Sobreiro -----	A Favor-----
----- Victor Manuel Pardal Monteiro -----	A Favor-----
----- Vasco Gonçalo Sousa Martins-----	A Favor-----
----- Rui Jorge Félix de Almeida -----	A Favor-----
----- João António Góis Girão-----	A Favor-----
----- Dora Marisa Pessoa Maia -----	A Favor-----
----- Raul Nunes Leitão -----	A Favor-----
----- Carlos António Cristino Alves-----	A Favor-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, setembro, 16

----- A AM tomou conhecimento. -----

Ponto 16. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Emissão de parecer ao abrigo do nº 3 do artigo 51º da Lei nº 111/2015, de 27 de agosto – António da Silva Cascão – Artigo matricial rústico 4276.-----

----- Usou da palavra o PMAM que disse: “O ponto 16, 17, 18, 19 e 20 são similares a alguns que já aprovamos aqui. De qualquer maneira o Sr. Presidente da Câmara se quiser fazer uma breve introdução sobre estes pontos, eu agradeço.” -----

----- Usou da palavra o PCM que disse: “Senhor Presidente, aquilo que eu posso dizer é o mesmo que digo sempre antes. Mereceu apreciação técnica por parte dos serviços e verificamos que estes municípios tinham razão, ou melhor, merecem parecer favorável e portanto é isso que propomos para deliberação na Assembleia Municipal.” -----

----- Pediu a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “Dar nota que, quer neste ponto, quer no 16, quer no 17, quer no 18 a 20, o Movimento Independente de Cidadania responde antecipadamente neste sentido. Da análise que faz deste ponto, reconhece o espírito da Lei que determina o pedido em causa, no entanto não pode deixar de apresentar algumas dúvidas que se colocam a este tipo de processos e, à forma como este se encontra instruído, uma vez que tal não permite avaliar a natureza económica do requerente, as mais-valias que este tipo de procedimento possam ter para o Município e os municípios de Montemor-o-Velho, nomeadamente, na criação de postos de trabalho, aumento de produções ou impostos pagos, ou se a mesma não traduz apenas um reforço de património pessoal do requerente. -----

----- Acresce que num período de dificuldade financeira para o Município, que se sustenta tão-só com aumento de imposto ao comum dos cidadãos montemorenses, recorde-se o valor máximo da taxa de IMI, os aumentos da taxa de água e o saneamento, essas isenções apresentam-se como exceções difíceis de avaliar e entender, nomeadamente por quem tem de pagar os impostos municipais. Deste modo e uma vez que tais processos se revelam incompletos para uma avaliação rigorosa, o Movimento Independente de Cidadania, abstém-se na votação do referido ponto mas, consubstanciando e somando o valor destas isenções, eles somam-se em 18.015.00,00€, é o saldo de todas estas isenções em dinheiro que devia ser entregue, na nossa modesta opinião, às escolas, às associações e ocupação de jovens, daí que a nossa abstenção que apresento, quer neste ponto, quer nos outros a seguir que são do mesmo timbre.” -----

----- Pediu a palavra o membro Ricardo Brites que disse: “Apenas, aqui, uma questão da indicação dos pontos na ordem de trabalho, apenas isso, que penso que deviam estar mais explícitos no enunciado das questões, porque após leitura de um dos pontos, não fica claro o que estamos a tratar. É apenas uma questão de pormenor.” -----

----- O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “Eu só tinha pedido a palavra por uma razão muito

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, setembro, 16

simples. Porque eu gostava que o Senhor deputado Oliveira e Sousa decidisse e tomasse consciência correta da situação porque ele fez uma data de críticas, até fez uma avaliação da isenção e eu gostaria de lhe dizer que os beneficiários desta isenção são normalmente jovens agricultores que merecem o apoio dos senhores deputados municipais. É evidente que o Partido Por Amor a Esta Terra não tem amor nenhum por eles, mas de certeza absoluta que eles vão saber a sua posição.” -----

----- Pediu a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “Senhor Presidente, presunção e água benta, cada um toma a que quer. Estou livre de dizer o que democraticamente o Movimento entende e, de refletir aquilo que a Lei nos diz para falarmos. Se efetivamente V.ª Ex.ª diz isso, diria, enfim, os serviços, este jovem é um jovem agricultor, não tem isto, não tem aquilo. Ora eu não estou a olhar para o jovem, se tem isto ou aquilo, eram os serviços que deviam informar. Mas por outro lado, aquilo que dissemos está correto na nossa opinião e o Senhor que quando se referir a mim ou ao Movimento Independente de Cidadania com esse sarcasmo, não se admire depois de levar um troco que realmente às vezes merece. Porque não fala politicamente, está a falar a personalizar as questões. E eu disse no início e, disse-lhe com toda a minha frontalidade e admiração, V.ª Ex.ª não misture questões pessoais com questões políticas e eu realmente disse-lhe também, à política o que é da política, as questões pessoais, às questões pessoais. Por isso não lhe admito é esse género de sarcasmo porque na verdade isso são questões pessoais da forma como o Senhor diz. Eu apenas faço política, não critico ninguém, não subestimo ninguém e, é por isso que realmente o Senhor tem que ter um pouco mais cuidado com as suas intervenções. Muito obrigado.” -----

----- O PMAM deu a palavra ao PCM que disse: “Senhor Presidente da Assembleia, eu gosto muito de vir às Assembleias Municipais principalmente porque existe um deputado do Partido Por Amor a Esta Terra. Quem ofende é o Senhor que ainda há pouco chamou alucinada a uma trabalhadora, que ainda há pouco me faltou ao respeito e não pediu desculpa e, portanto, não venha com lições de ética e de moral.” -----

----- Usou da palavra o PMAM que disse: “Em defesa da honra da minha Assembleia eu considero igualmente importante qualquer um, daquele que mais fala aquele que não abre a boca. -----

----- Naturalmente eu vou pedir ao Senhor deputado municipal e ao Senhor Presidente da Câmara porque já percebemos a posição de cada um, já percebemos a questão que cada um coloca. Já percebemos todos nesta Assembleia, a posição de cada um e, digamos assim, nas trincheiras em que cada um neste momento está. Eu pedia-lhes, muito sinceramente, que as questões que querem tratar nesta Assembleia fossem da Assembleia, relativas a matérias da Assembleia. Faço de facto este pedido.”-----

----- Pediu a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “Tenho de dizer ao Senhor Presidente da Câmara que não sou médico e nem tenho olho clínico para determinar o tipo de doenças. Quanto a ser alucinado ou não, é uma palavra jurídica que se utiliza para quem anda muito depressa sem olhar para trás. Certo? Só vê em frente. Foi esse o adjetivo que eu utilizei, alucinada, porque na verdade em termos

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, setembro, 16

jurídicos, quem olha sempre para a frente sem olhar para trás nem para o lado, tem essa denominação.

Ponto um. -----

----- Segundo ponto: não ofendi V.^ª Ex.^ª, absolutamente nada, a questão do 11 de maio devia estar aqui explícita, para nós não nos enganarmos com estas referências, foi tão-só isso. E realmente pedi, e emendei a mão, com respeito e admiração que tenho por V.^ª Ex.^ª, não o ofendi. Agora, tem que me mostrar em que sentido é que o ofendi. Diga! Muito obrigado.” -----

----- Não havendo mais intervenções e, encontrando-se 27 membros da AM presentes, realizou-se a votação da proposta apresentada de isenção de IMT requerida por António da Silva Cascão – Artigo matricial rústico 4276, que foi aprovada por maioria, conforme listagem das votações que a seguir se indica:- -----

----- Fernando Jorge dos Ramos -----	A Favor-----
----- Lúcia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo-----	A Favor-----
----- Maria da Graça Valente dos Reis-----	A Favor-----
----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge-----	A Favor-----
----- Ana Cristina da Silva Jorge -----	A Favor-----
----- Ricardo Manuel Pato de Sousa Brites -----	A Favor-----
----- Camilo Jorge Gomes Coutinho Lourenço-----	A Favor-----
----- Francisco Barbosa Leal de Sousa Mano-----	A Favor-----
----- Joaquim António Graça Rainho-----	A Favor-----
----- Adelaide Maria Simões Medina -----	A Favor-----
----- Olga Susana Miranda da Silva-----	A Favor-----
----- Edmea Teresa Reis Silva -----	A Favor-----
----- Fernando Pereira Nunes Curto -----	A Favor-----
----- Carolina Ferreira Aires -----	A Favor-----
----- Jorge André da Silva Santana-----	A Favor-----
----- José de Oliveira de Sousa -----	Abstenção-----
----- Liliana Isabel Batista Duarte-----	A Favor-----
----- Maria João Batista Loureiro -----	A Favor-----
----- Victor Manuel Pardal Monteiro -----	A Favor-----
----- Vasco Gonçalo Sousa Martins-----	A Favor-----
----- Joaquim Neves Martinho -----	A Favor-----
----- Rui Jorge Félix de Almeida -----	A Favor-----
----- João António Góis Girão-----	A Favor-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, setembro, 16

----- Dora Marisa Pessoa Maia -----	A Favor-----
----- Raul Nunes Leitão -----	A Favor-----
----- Carlos António Cristino Alves-----	A Favor-----
----- António Correia Pardal Bispo -----	A Favor-----
----- A AM tomou conhecimento. -----	
----- Ponto 17. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Emissão de parecer ao abrigo do nº 3 do artigo 51º da Lei nº 111/2015, de 27 de agosto – Nuno António Cavaleiro Melo – Artigo matricial rústico 1653.-----	
----- Não havendo intervenções e, encontrando-se 27 membros da AM presentes, realizou-se a votação da proposta apresentada de isenção de IMT requerida por Nuno António Cavaleiro Melo – Artigo matricial rústico 1653, que foi aprovada por maioria, conforme listagem das votações que a seguir se indica: -----	
----- Fernando Jorge dos Ramos -----	A Favor-----
----- Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo-----	A Favor-----
----- Maria da Graça Valente dos Reis-----	A Favor-----
----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge-----	A Favor-----
----- Ana Cristina da Silva Jorge -----	A Favor-----
----- Ricardo Manuel Pato de Sousa Brites -----	A Favor-----
----- Camilo Jorge Gomes Coutinho Lourenço-----	A Favor-----
----- Francisco Barbosa Leal de Sousa Mano-----	A Favor-----
----- Joaquim António Graça Rainho-----	A Favor-----
----- Adelaide Maria Simões Medina -----	A Favor-----
----- Olga Susana Miranda da Silva-----	A Favor-----
----- Edmea Teresa Reis Silva -----	A Favor-----
----- Fernando Pereira Nunes Curto -----	A Favor-----
----- Carolina Ferreira Aires -----	A Favor-----
----- Jorge André da Silva Santana-----	A Favor-----
----- José de Oliveira de Sousa -----	Abstenção-----
----- Liliana Isabel Batista Duarte-----	A Favor-----
----- Maria João Batista Loureiro -----	A Favor-----
----- Victor Manuel Pardal Monteiro -----	A Favor-----
----- Vasco Gonçalo Sousa Martins-----	A Favor-----
----- Joaquim Neves Martinho -----	A Favor-----
----- Rui Jorge Félix de Almeida -----	A Favor-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, setembro, 16

----- João António Góis Girão-----	A Favor-----
----- Dora Marisa Pessoa Maia-----	A Favor-----
----- Raul Nunes Leitão-----	A Favor-----
----- Carlos António Cristino Alves-----	A Favor-----
----- António Correia Pardal Bispo-----	A Favor-----
----- A AM tomou conhecimento.-----	
----- Ponto 18. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Emissão de parecer ao abrigo do nº 3 do artigo 51º da Lei nº 111/2015, de 27 de agosto – Nuno António Cavaleiro Melo – Artigo matricial rústico 1076.-----	
----- Não havendo intervenções e, encontrando-se 27 membros da AM presentes, realizou-se a votação da proposta apresentada de isenção de IMT requerida por Nuno António Cavaleiro Melo – Artigo matricial rústico 1076, que foi aprovada por maioria, conforme listagem das votações que a seguir se indica:-----	
----- Fernando Jorge dos Ramos-----	A Favor-----
----- Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo-----	A Favor-----
----- Maria da Graça Valente dos Reis-----	A Favor-----
----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge-----	A Favor-----
----- Ana Cristina da Silva Jorge-----	A Favor-----
----- Ricardo Manuel Pato de Sousa Brites-----	A Favor-----
----- Camilo Jorge Gomes Coutinho Lourenço-----	A Favor-----
----- Francisco Barbosa Leal de Sousa Mano-----	A Favor-----
----- Joaquim António Graça Rainho-----	A Favor-----
----- Adelaide Maria Simões Medina-----	A Favor-----
----- Olga Susana Miranda da Silva-----	A Favor-----
----- Edmea Teresa Reis Silva-----	A Favor-----
----- Fernando Pereira Nunes Curto-----	A Favor-----
----- Carolina Ferreira Aires-----	A Favor-----
----- Jorge André da Silva Santana-----	A Favor-----
----- José de Oliveira de Sousa-----	Abstenção-----
----- Liliana Isabel Batista Duarte-----	A Favor-----
----- Maria João Batista Loureiro-----	A Favor-----
----- Victor Manuel Pardal Monteiro-----	A Favor-----
----- Vasco Gonçalo Sousa Martins-----	A Favor-----
----- Joaquim Neves Martinho-----	A Favor-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, setembro, 16

----- Rui Jorge Félix de Almeida -----	A Favor-----
----- João António Góis Girão-----	A Favor-----
----- Dora Marisa Pessoa Maia -----	A Favor-----
----- Raul Nunes Leitão -----	A Favor-----
----- Carlos António Cristino Alves-----	A Favor-----
----- António Correia Pardal Bispo -----	A Favor-----
----- A AM tomou conhecimento. -----	
----- Ponto 19. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Emissão de parecer ao abrigo do nº 3 do artigo 51º da Lei nº 111/2015, de 27 de agosto – Vítor Manuel Carvalho Martinho. -----	
----- Não havendo intervenções e, encontrando-se 27 membros da AM presentes, realizou-se a votação da proposta apresentada de isenção de IMT requerida por Vítor Manuel Carvalho Martinho - Artigos matriciais rústicos 106 e 110, que foi aprovada por maioria, conforme listagem das votações que a seguir se indica:- -----	
----- Fernando Jorge dos Ramos -----	A Favor-----
----- Lúcia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo-----	A Favor-----
----- Maria da Graça Valente dos Reis-----	A Favor-----
----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge-----	A Favor-----
----- Ana Cristina da Silva Jorge -----	A Favor-----
----- Ricardo Manuel Pato de Sousa Brites -----	A Favor-----
----- Camilo Jorge Gomes Coutinho Lourenço-----	A Favor-----
----- Francisco Barbosa Leal de Sousa Mano-----	A Favor-----
----- Joaquim António Graça Rainho-----	A Favor-----
----- Adelaide Maria Simões Medina -----	A Favor-----
----- Olga Susana Miranda da Silva-----	A Favor-----
----- Edmea Teresa Reis Silva -----	A Favor-----
----- Fernando Pereira Nunes Curto -----	A Favor-----
----- Carolina Ferreira Aires -----	A Favor-----
----- Jorge André da Silva Santana-----	A Favor-----
----- José de Oliveira de Sousa -----	Abstenção-----
----- Liliana Isabel Batista Duarte-----	A Favor-----
----- Maria João Batista Loureiro -----	A Favor-----
----- Victor Manuel Pardal Monteiro -----	A Favor-----
----- Vasco Gonçalo Sousa Martins-----	A Favor-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, setembro, 16

----- Joaquim Neves Martinho -----	A Favor-----
----- Rui Jorge Félix de Almeida -----	A Favor-----
----- João António Góis Girão-----	A Favor-----
----- Dora Marisa Pessoa Maia -----	A Favor-----
----- Raul Nunes Leitão -----	A Favor-----
----- Carlos António Cristino Alves-----	A Favor-----
----- António Correia Pardal Bispo -----	A Favor-----
----- Ponto 20. Aprovar, sob proposta do Executivo Municipal, a Emissão de parecer ao abrigo do nº 3 do artigo 51º da Lei nº 111/2015, de 27 de agosto – Sérgio Carapeto Unipessoal, Lda.-----	
----- Não havendo mais intervenções e, encontrando-se 27 membros da AM presentes, realizou-se a votação da proposta apresentada de isenção de IMT requerida por Sérgio Carapeto Unipessoal, Lda. - Artigo matricial rústico 3024, que foi aprovada por maioria, conforme listagem das votações que a seguir se indica:- -----	
----- Fernando Jorge dos Ramos -----	A Favor-----
----- Lídia Maria Cavaleiro Teixeira Pagaimo-----	A Favor-----
----- Maria da Graça Valente dos Reis-----	A Favor-----
----- Maria Albertina Moleiro Ferreira Jorge-----	A Favor-----
----- Ana Cristina da Silva Jorge -----	A Favor-----
----- Ricardo Manuel Pato de Sousa Brites -----	A Favor-----
----- Camilo Jorge Gomes Coutinho Lourenço-----	A Favor-----
----- Francisco Barbosa Leal de Sousa Mano-----	A Favor-----
----- Joaquim António Graça Rainho-----	A Favor-----
----- Adelaide Maria Simões Medina -----	A Favor-----
----- Olga Susana Miranda da Silva-----	A Favor-----
----- Edmea Teresa Reis Silva -----	A Favor-----
----- Fernando Pereira Nunes Curto -----	A Favor-----
----- Carolina Ferreira Aires -----	A Favor-----
----- Jorge André da Silva Santana-----	A Favor-----
----- José de Oliveira de Sousa -----	Abstenção-----
----- Liliana Isabel Batista Duarte-----	A Favor-----
----- Maria João Batista Loureiro -----	A Favor-----
----- Victor Manuel Pardal Monteiro -----	A Favor-----
----- Vasco Gonçalo Sousa Martins-----	A Favor-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, setembro, 16

----- Joaquim Neves Martinho ----- A Favor-----
 ----- Rui Jorge Félix de Almeida ----- A Favor-----
 ----- João António Góis Girão----- A Favor-----
 ----- Dora Marisa Pessoa Maia ----- A Favor-----
 ----- Raul Nunes Leitão ----- A Favor-----
 ----- Carlos António Cristino Alves----- A Favor-----
 ----- António Correia Pardal Bispo ----- A Favor-----
 ----- A AM tomou conhecimento. -----

----- **Ponto 21. Aprovar a Proposta de Adesão da Assembleia Municipal de Montemor-o-Velho à Associação Nacional das Assembleias Municipais.** -----

----- Usou da palavra o PMAM que disse: “Se me permitem, o agendamento deste ponto, como todos os outros evidentemente é da minha responsabilidade mas, este particularmente, pedi para o incluir na Assembleia de hoje depois de consultar a Comissão Permanente, todos os líderes parlamentares. E porquê? Enfim, um pouco de história breve. Toda a gente se lembra da Constituição da Associação Nacional dos Municípios Portugueses, portanto que é uma associação importante no domínio do território, dos municípios. -----

----- Segunda questão, a questão também da constituição, mais recente, da Associação Nacional de Freguesias, da ANAFRE e evidentemente, agora desta constituição da Assembleia Nacional das Assembleias Municipais e, da forma como eu o entendo. Porque, enfim, não é crítica a ninguém, mas evidentemente que a Associação Nacional de Municípios Portugueses está transformada, cada vez mais, da Associação Nacional de Câmaras Municipais e dos seus presidentes. E portanto, evidentemente é uma opinião pessoal e daí provavelmente a necessidade de surgir esta associação. Eu julgo que leram os estatutos, claro que os estatutos, como eu disse nessa Comissão da Permanente, dizem tudo e não dizem nada, mas naturalmente, que eu me inclino para que a Assembleia Municipal de Montemor-o-Velho possa vir a fazer parte desta Associação Nacional de Assembleias Municipais. Porquê? Enfim, às vezes nós concordemos ou não com aquilo que ouvimos e normalmente estas críticas vêm mais sempre das bancadas da oposição que os documentos chegam tarde. Desde que eu sou presidente da Assembleia, garanto-vos, que nunca nenhum chegou tarde de acordo com a Lei. Claro, que de acordo com o tempo que nós teríamos necessidade, acredito que cheguem tarde, mas quero frisar que nunca nenhum documento chegou para além daquilo que são os prazos legais, mas evidentemente, nós reconhecemos esse aspeto, assim como, eu próprio reconheço e acho que já o disse aqui uma vez, felizmente o Senhor Presidente da Câmara tem tido esse bom comportamento neste aspeto, que é, quando há algo demasiado evidente naquilo que são as propostas do Município e evidentemente, há um consenso generalizado, o Executivo e o Senhor Presidente

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, setembro, 16

da Câmara assume a proposta que às vezes é preciso. Porque, evidentemente, como os meus caros amigos sabem, nós temos o poder de dizer não, mas não temos o poder de modificar. Podemos aconselhar, podemos fazer os nossos discursos, mas não é por acaso que e, não é aqui só na Assembleia Municipal de Montemor-o-Velho, o período antes da ordem do dia se torna no período nobre das assembleias municipais, porque toda a gente gosta de emitir opinião e por aí fora. -----

----- Porque verdadeiramente, nós temos o poder da bomba atómica, de dizermos não e pensamos e interiorizamos assim: então mas eu vou votar contra um orçamento municipal? Voto. Voto, mas se quase tiver a certeza que ele vai ser aprovado, porque senão tiver eu tenho algumas reticências, porque isso não tem interferência nenhuma, portanto, eu sou daqueles que acha que o aprofundamento da democracia não tem nada de mal e que estas questões e, aquilo que são as competências da Assembleia Municipal, mais do que ter a bomba atómica, eu acho que é, pelo menos para mim, preferível que tenhamos capacidade de fazer propostas no orçamento municipal e delas, uma vez escolhida a maioria da Assembleia Municipal, poderem vir a incluir no orçamento, sem necessidade do Senhor Presidente da Câmara os virem a incluir, porque nós podemos fazer essas sugestões e podemos fazer essas propostas. Mas, verdadeiramente não temos poder para mudar a proposta e, eu julgo que se esta Associação de Assembleias Municipais contribuir para a dignificação e, neste caso, para que as assembleias municipais possam ser mais assertivas naquilo que é o exercício do poder municipal e por isso vos trago aqui esta proposta de adesão a esta Associação Nacional de Assembleias Municipais de acordo com os estatutos que como vos disse que somos levados a concordar que dizem tudo mas não dizem nada. O que esta Associação vier a ser é que nos permite, assim como aderimos também temos sempre a possibilidade de qualquer que seja a Assembleia, de dizer que não queremos pertencer a esse clube, como eu disse há dias numa Assembleia pública. É disto que se trata, eu tenho o pedido de palavra do Presidente da Câmara mas queria ouvir a Assembleia neste caso.” -----

----- Usou da palavra o PCM que disse: “Objetivamente, eu pedi a palavra antes dos Senhores deputados para evitar qualquer equívoco, por uma questão muito simples. Congratulo-me com a proposta e enquanto presidente do Executivo, assumo aqui o compromisso perante o Senhor Presidente da Assembleia e perante os Senhores deputados que o Executivo assumirá todos os encargos a que esta adesão der lugar e aquilo que legalmente eu poder assumir.” -----

----- Pediu a palavra o membro Ricardo Brites (CDU) que disse: “Senhor Presidente, quando este tema foi apresentado à Comissão Permanente da Assembleia Municipal eu confesso que não me inteirei devidamente dos estatutos e do convite que tinha sido endereçado a V^ª Ex.^ª e, parece-nos que, de facto, há aqui qualquer coisa que não está correta. Não podemos aceitar, porque isto é tudo muito confuso, isto começa tudo muito mal porque é a Associação Nacional das Assembleias Municipais e depois são

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, setembro, 16

associados da Associação Nacional das Assembleias Municipais as pessoas que são ou foram eleitas das Assembleias Municipais e que manifestem desejo de a ela pertencerem, mas só podem ser associados mediante aceitação da própria direção. Ou seja, há aqui qualquer coisa que não bate certo. Isto é um imbróglio demasiado evidente com o qual nós não podemos concordar, porque ou é de eleitos ou de Assembleias Municipais e, por inerência de todos os Presidentes de Assembleias Municipais do país poderiam ter e ser membros desta Assembleia. Ainda por cima, muitos destes eleitos ou qualquer um de nós que queira pertencer a esta Associação terá que ter o aval da direção eleita ou que neste momento subscreveu a escritura e a participação nesta Associação. Ainda por cima, temos aqui três categorias de associados, ou seja há distinção entre os vários elementos. Temos ainda os associados honorários, aqueles a quem a Assembleia Geral confira tal categoria pelos serviços prestados à Associação ou à democracia em geral, isto parece-nos tudo muito vago, sinceramente e, ainda por cima, em jeito de conclusão, parece-me que uma vez que os presidentes das assembleias municipais têm representação na própria Associação Nacional dos Municípios, quem tentou “parir” esta tentativa de associação começou mal e eu faço *mea culpa*, porque de facto, quando discutimos este assunto na Comissão Permanente e, confiando na explicação que o Senhor Presidente fez na altura, eu não me tinha inteirado devidamente deste estatuto e deste convite que na altura penso que já estava disponível e que já nos tinha sido entregue, não tenho a certeza mas após uma análise atenta de tudo isto, não podemos concordar que esta Assembleia faça parte desta dita Assembleia ou Associação Nacional de Assembleias Municipais.” -----

----- Pediu a palavra o membro Albertina Jorge (PS) que disse: “Já exprimi a minha opinião na Comissão Permanente mas de qualquer das maneiras não quero deixar de a exprimir aqui. Logicamente votarei favoravelmente. Essencialmente por uma questão que também o Senhor Presidente referiu, acho que há uma tentativa que se pretende e que é dignificar este órgão. Um órgão que na minha perspectiva a Lei pretende dignificar, que coloca com uma série de competências, mas que depois na prática nós reparamos que as coisas afinal não são bem assim. Eu já tenho dito, volto a repetir, já cá ando há uns anos e já passei por situações em que por alguma cristação nem erros de português ou gráficos ou o que quiserem entender eram corrigidos em regulamentos porque a competência era da Câmara, a Assembleia aprova ou reprova porque a competência tem de ir ao Executivo porque não podia haver alteração nenhuma, nem que fosse um “de” a mais, estou a dar este exemplo, porque já me aconteceu. Ainda sou do tempo, em que as senhas de presença dos membros da Assembleia Municipal, eram inferiores às dos vereadores que só vinham assistir e os membros da Assembleia que participavam recebiam menos, isto é um exemplo na questão financeira, o que estamos a falar é efetivamente da dignidade dos órgãos eleitos. Acho que é preciso alargarmos mais isto, acredito que os estatutos possam ter erros, mas também acho que é a prática que vai fazer com que depois possam ser aperfeiçoados e que, na prática se possa ver o que é preciso

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, setembro, 16

alterar. Quando começamos a dar os primeiros passos às vezes estamos a cambaleiar ainda. Mas de qualquer das maneiras a tendência é sempre para nos erguermos porque aquilo que queremos, efetivamente, é construir e, tudo o que seja para dignificar este órgão, para dignificar a Assembleia Municipal, qualquer que ela seja, em qualquer ponto do país, contará sempre com o meu apoio e por isso voto favoravelmente este ponto.” -----

----- Pediu a palavra o membro Oliveira e Sousa (MPT) que disse: “O Movimento Independente de Cidadania sobre este assunto, faz suas as palavras do deputado da CDU, Ricardo Brites. Muito Obrigado.”---

----- Pediu a palavra o membro Ricardo Brites (CDU) que disse: “Senhor Presidente, é que eu não sei se quem analisou estes estatutos viu isto. A Assembleia Municipal de Montemor-o-Velho não pode ser sócia desta Associação. Os estatutos dizem é que são associados da ANAM as pessoas que são ou foram eleitas das Assembleias Municipais, ou seja, a Assembleia Municipal de Montemor-o-Velho não pode associar-se a esta coisa. Eu de facto, pedia que analisassem devidamente o documento, porque no nosso entendimento isto é impossível, não pode existir.” -----

----- Usou da palavra o PMAM que disse: “O Senhor deputado Ricardo Brites deve estar lembrado da reunião da Comissão Permanente e daquilo que eu disse aqui na introdução do ponto que é a capacidade que eu tinha de aderir a esta Associação e não o fiz. Certo? Levei isto à Comissão Permanente e pedi a vossa opinião e, continuo a ter a mesma opinião. Por isso, o que eu coloco aqui à nossa Assembleia foi claro, não foi a adesão do Presidente da Assembleia. O ponto da ordem de trabalhos diz, aprovar a proposta da adesão da Assembleia Municipal de Montemor-o-Velho à Associação Nacional de Assembleias Municipais. No meu entendimento quando li isso e, desta vez não pedi conselhos externos, porque depois da reunião da Comissão Permanente, pareceu-me haver a possibilidade da Assembleia Municipal aderir e não propriamente os eleitos, porque não faz sentido, na minha opinião, o eleito A ou B mas, evidentemente, agora faz sentido aquilo que, volto a dizer no início, e, porque tive dúvidas na leitura, e como recebi o beneplácito da Comissão Permanente e, estou disponível para aquilo que a Assembleia ditar. Sendo certo o seguinte, eu estando como Presidente da Assembleia Municipal o cidadão Fernando Ramos nunca aderirá a esta Associação. A Assembleia Municipal de Montemor-o-Velho, essa sim, parece-me que deve aderir. Evidentemente, se a Assembleia Municipal de Montemor-o-Velho não puder aderir a esta Associação, evidentemente que esta não é uma Associação de bons costumes. Perdoem-me esta minha questão mas, eu sou claro e, continuo a ser claro, não estou a limitar a capacidade de cada um na decisão que tiver ou deixar de ter. O que eu estou a pedir é, evidentemente, a possibilidade da Assembleia Municipal de Montemor-o-Velho aderir a esta associação. Note-se que estou porque coloquei e, porque foi discutida porque tinha algumas dúvidas, como vos disse e volto a dizer que estes estatutos dão para tudo e não dão para nada e a mim parece-me que esta Assembleia deve decidir sobre isto. -----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, setembro, 16

----- Eu percebo, agora, aquilo que, às vezes, o deputado Oliveira e Sousa quis dizer na questão inicial das atas, que não percebi. Que é exatamente as intenções. Se os meus amigos estiverem de acordo, eu retiro este ponto da Assembleia Municipal. Dado o desconforto que está a causar porque eu se o tive, fiquei confortável depois da reunião da Comissão Permanente mas, volto a dizer-vos como disse na reunião da Comissão Permanente, para mim o que está em causa é a adesão da Assembleia Municipal de Montemor-o-Velho, não é a adesão do eleito Ricardo Brites ou do Presidente da Assembleia ou quem quer que seja, porque isso realmente são associações que podem fazer o que entenderem e portanto se a Assembleia secundar a minha proposta, este ponto é retirado da ordem de trabalhos.” -----

----- Pediu a palavra o membro Ricardo Brites que disse: “Senhor Presidente eu não sei se este ponto não deveria ser depois comunicado com as devidas justificações. Nós representamos a nossa interpretação e já fiz *mea culpa* pela discussão que tivemos na Comissão Permanente porque, de facto, não dei a devida atenção e, confiei, até, na discussão que nós tivemos, mas após uma análise mais atenta e do coletivo perante estes documentos não podíamos ter outra posição senão esta.” -----

----- Usou da palavra o PMAM que disse: “Senhor deputado Ricardo Brites está esclarecido. Eu voltei a ter o mesmo tipo de intervenção que tive na reunião da Comissão Permanente. Disse claramente e voltei a focar aqui, estes estatutos dão para tudo e não dão para nada. Nem foi sequer o meio termo. Disse isso e, repeti-o aqui. Naturalmente que retiro este ponto da ordem de trabalhos, não sem antes ter a discussão transcrita em ata e, naturalmente, que enviarei não só esta questão que nós colocamos aqui para perceber, porque julgo que se eu continuo a perceber, e isto quero esclarecer, que o que está em causa é a adesão da Assembleia Municipal de Montemor-o-Velho e, nessa perspetiva é isso que eu propus e foi isso que eu incluí no ponto. Portanto o ponto vai ser retirado da Ordem de Trabalhos e, naturalmente toda esta discussão que houve aqui, vai ser enviada a esta Associação para esclarecimentos adicionais e também tentarei esclarecer isto porque desta vez não esclareci. Li e, como eu costumo dizer, eu só sei ler português mas, interpretar às vezes tenho dificuldades.” -----

----- **O presente ponto foi retirado da Ordem de Trabalhos.** -----

----- Foi aberto o período de intervenção do público, nos termos do nº. 1 do art.º 49.º da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o art.º 50.º do Regimento da Assembleia Municipal, aprovado em sessão ordinária de 27 de dezembro de 2013. -----

----- Verificou-se a existência de público, sem qualquer pedido de intervenção. -----

----- O PMAM solicitou à Assembleia que as deliberações fossem aprovadas em minuta, o que foi aprovado por unanimidade. -----

----- Usou da palavra o PMAM que disse: “Antes de terminarmos dizer-vos apenas uma opinião muito simples citando alguém, de todas as questões de que aqui foram ditas acerca das festas Concelhias:

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-VELHO

Sessão Ordinária de 2016, setembro, 16

Apetece-me, apesar de tudo, citar Chico Buarque: “Foi bonita a festa, pá.” -----

----- Após esta intervenção o PMAM deu por encerrada a Sessão às 18h20, e para constar se lavrou a presente ata que após lida e aprovada vai ser devidamente assinada. -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL,

Fernando Jorge dos Ramos

O PRIMEIRO SECRETÁRIO

Joaquim António Graça Rainho

O SEGUNDO SECRETÁRIO,

Olga Susana Miranda da Silva